

Especial

Forbes aponta nova era de tecnologia

PÁGINA 8

LULINHA

Parlamentares querem anular votação na CPMI do INSS

Grupo de integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) encaminharam um requerimento ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para pedir a anulação da votação de ontem. Eles acusam o presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), de fraude e pedem também análise do caso pela Comissão de Ética do Senado. No total, 14 parlamentares assinam o documento. O documento inclui fotos que foram apresentadas como supostas comprovações de irregularidades em uma sessão tumultuada que aprovou 87 requerimentos. Entre essas decisões, estão as quebras de sigilos empresário Fábio Luís Lula da Silva. **PÁGINA 8**

SARRUBBO

PL antifacção deixa de fora ‘andar de cima’ do crime

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados para o Projeto de Lei Antifacção dificultará a punição das grandes lideranças do crime organizado no país. Segundo o ex-secretário nacional de Segurança Pública, Mario Sarubbo, as dificuldades serão, inclusive, financeiras, uma vez que, por questões políticas, os deputados inviabilizaram recursos que seriam obtidos junto às bets para abastecer o Fundo Nacional de Segurança Pública. Sarubbo foi o entrevistado do programa Alô Alô Brasil, da Rádio Nacional ontem. Ele explicou que, se o texto for sancionado na versão atual, a lei criada “atingirá apenas a base das organizações criminosas”, deixando de lado aqueles que, segundo ele, “estão no andar de cima”. **PÁGINA 6**

BALANÇO

BC tem prejuízo de R\$ 119,9 bi em 2025

Após um ano de lucro, o Banco Central (BC) fechou o balanço no negativo, por causa da queda do dólar. Depois de registrar lucro de R\$ 270,9 bilhões em 2024, a instituição teve prejuízo de R\$ 119,97 bilhões em 2025. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem o balanço do órgão no ano passado. Em relação às operações cambiais, como swap (venda de dólares no mercado futuro) e variação das reservas internacionais, houve prejuízo de R\$ 150,26

bilhões em 2025. Isso ocorre porque o dólar caiu 11,18% no ano passado, o que provoca perdas na hora de converter as operações cambiais para reais. O prejuízo não foi maior porque o Banco Central teve lucro operacional (ganhos com o exercício da atividade) de R\$ 30,29 bilhões em 2025. Ao somar os resultados cambiais e operacionais, chega-se ao resultado final de prejuízo de R\$ 119,97 bilhões. **PÁGINA 2**

PRESSÃO DE LULA

Haddad anuncia que vai disputar o governo de SP



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) (foto), cedeu à pressão. Após meses afirmando que não disputaria as eleições neste ano, ele disse a aliados que será candidato ao governo de São Paulo porque nunca poderia negar um pedido feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Haddad e Lula tiveram nova conversa ontem, em jantar no Palácio da Alvorada. O presidente também vai se reunir mais uma vez com o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e espera acertar com ele os detalhes finais para sua candidatura ao governo de Minas Gerais. Com esse arranjo, Lula consegue montar os palanques nos dois maiores colégios eleitorais do País: São Paulo e Minas. Ao que tudo indica, o vice na chapa do petista a novo mandato no Palácio do Planalto continuará sendo Geraldo Alckmin (PSB). A subida do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), desafiante de Lula, nas pesquisas de intenção de voto surpreendeu o Palácio do Planalto. Há um diagnóstico no governo de que foi um erro deixar Flávio "solto", sem atacá-lo nem expor as acusações que pesam contra ele, como o escândalo da "rachadinha". Além disso, a cúpula do PT avalia que a candidatura do governador de São Paulo à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), enfrenta momento difícil depois de desentendimentos entre ele e o secretário de Governo, Gilberto Kassab. **PÁGINA 8**

COMBATE AO CRIME



FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

Prefeitura mira modelo de NY para Força Municipal

Em visita ao Rio de Janeiro ontem, o chefe de Departamento da Polícia da Cidade de Nova York, Michael J. LiPetri, defendeu o uso intensivo de monitoramento remoto e da ciência de dados como base para lidar com as questões de segurança pública. A prefeitura carioca reconhece a cidade estadunidense como um modelo para a formação da nova Força Municipal, divisão de elite armada da Guarda Municipal, que deve começar a atuar em março. LiPrieti visitou a Central de Inteligência, Vigilância e Tecnologia em Apoio à Segurança Pública (CIVITAS Rio), onde trocou experiências com o prefeito Eduardo Paes (foto). “Em Nova York, priorizamos colocar o melhor cientista de dados trabalhando em conjunto com o comandante da polícia. **PÁGINA 4**

INDICADORES												
IBOVESPA 1,47% / 191.634,95 / 2.781,46 / Volume: 32.974.726.305 / Negócios: 4.527.535						Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	0,41% (jan.)
Mais Negociados						Fechamento			Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	0,33% (jan.)
Preço			Maiores Altas			Maiores Baixas			Taxa Selic	(28/01)	CDI	(28/01)
%			Preço			Preço						
Oscil.			%			%						
RAIZ4	0,650	+3,17	+0,020	FICT3	0,69	+72,50	+0,29	VIVR3	0,47	-24,19	-0,15	
MBRF3	20,44	+4,66	+0,91	IFCM3	0,650	+16,07	+0,090	ONCO3	2,590	-8,48	-0,240	
ITSA4	14,84	+1,71	+0,25	TCSA3	1,68	+12,75	+0,19	PAT3	33,05	-7,35	-2,62	
BEEF3	5,39	-4,43	-0,25	MOV3	14,83	+9,37	+1,27	HAGA3	1,99	-7,01	-0,15	
PETR4	39,57	+2,54	+0,98	RNEW4	1,08	+9,09	+0,09	GPAR3	14,05	-6,27	-0,94	
									Dow Jones	49.174,5	+0,76	
									S&P 500	6.890,07	+0,77	
									NASDAQ Composite	22.863,681	+1,04	
									Nasdaq 100	24.977,044	+1,09	
									Euronext 100	1.837,08	+0,21	
									CAC 40	8.519,21	+0,26	
									TR	(25/02)	0,1698%	
									Poupança	(25/02)	0,6706%	
									EURO turismo		Compra: 6,1386	Venda: 6,3186
									DÓLAR turismo - BC		Compra: 5,1682	+0,09%
									DÓLAR comercial		Compra: 5,1547	Venda: 5,1553
									DÓLAR turismo		Compra: 5,1744	Venda: 5,3544

MERCADOS



Bovespa segue em pausa, mas conserva 191 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) lutou para preservar, a princípio, ao menos a linha dos 190 mil pontos ontem, penúltima sessão do mês, em que acumula ganho de 5,32%, na alternância de recordes e leves correções que tem prevalecido desde meados de janeiro. Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou entre mínima de 188.976,57 e máxima de 191.977,51 pontos, tendo saído de abertura aos 191 248,18 pontos. Ao fim, conservou a casa de 191 mil pontos pela terceira sessão consecutiva, aos 191.005,02, em leve baixa de 0,13%, com giro a R\$ 29,5 bilhões. Dessa forma, vindo de outro suave ajuste - em baixa, na quarta-feira, também de 0,13% - não se afasta significativamente do recorde de terça-feira, o 13º do ano para fechamentos de sessão.

Em fevereiro, o índice registra até aqui ganho um pouco acima de 5%, que coloca o do ano a 18,54%, perto de entregar o melhor primeiro bimestre desde 1999. Naquele intervalo, havia emendado um avanço de 20,45% em janeiro com outro também muito forte, de 9,04%, em fevereiro. Contudo, o Ibovespa mostrava então um padrão de volatilidade muito distinto, que envolveu perda de quase 40% em agosto de 1998 durante a chamada crise da Rússia, de depreciação do rublo, seguida de fortes oscilações nos meses posteriores, para cima e para baixo. Algo bem distinto da progressão atual, em que o índice da B3 vem de seu maior ganho anual desde 2016, em 2025 (+33,95%).

Uma sequência de sete ganhos mensais, como a que se espera para amanhã e iniciada ainda em agosto de 2025, não é vista na B3 desde a longuíssima série deflagrada em abril de 1996, de 16 meses, até julho de 1997.

Nesta penúltima sessão do mês, a cautela prevaleceu na B3 em linha com o desempenho de Nova York, em especial o do índice de referência para o setor de tecnologia, Nasdaq,

que recuou 1,18%. Na semana, o Nasdaq virou para o negativo (-0,03%), colocando as perdas acumuladas pelo índice em fevereiro a 2,49%. O desdobramento ocorre no dia seguinte ao balanço da Nvidia, chave do segmento de IA - e que veio acima do esperado, com lucro recorde.

Por aqui, a leve correção observada no Ibovespa se espalhou pelos carros-chefes do índice, muito moderada no fechamento em relação ao que se via mais cedo, inclusive para Vale ON, a principal ação do índice, que ontem tinha subido 2,55% e hoje cedeu 0,84%, ainda preservando ganho de 5,8% no mês e de cerca de 24% no ano.

Petrobras, que já havia mostrado fraqueza ontem, teve ajuste mais discreto ontem, com a ON em baixa de 0,14% e a PN, em leve alta de 0,10% no fechamento - no mês, a primeira avança 5,84% e a segunda, 4,90%. Entre os maiores bancos, que vêm de correções um pouco mais agudas nas últimas sessões, apenas Itaú (PN +4,82%) e Banco do Brasil (ON +8,90%) ainda mostram ganhos no mês de fevereiro. Hoje, Itaú PN cedeu 0,25%, enquanto BB ON caiu 1,09%. BTG Unit também sobe no mês (+3,49%), após leve alta de 0,39% na sessão.

Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Marcopolo (+5,56%), Hapvida (+4,78%) e Pão de Açúcar (+4,25%). No lado oposto, Rede D'Or (-4,53%), Vamos (-2,98%) e Natura (-2,73%).

DÓLAR

Após cinco pregões de queda, em que acumulou desvalorização de 2,2%, o dólar apresentou leve alta em relação ao real ontem.

Com máxima de R\$ 5,1655 à tarde, em momento de maior estresse lá fora, o dólar à vista encerrou o dia em alta de 0,27%%, a R\$ 5,1389. A divisa cai 0,71% na semana, o que leva a desvalorização acumulada em fevereiro a 2,07%, após queda de 4,40% em janeiro. No ano, a moeda americana recua 6,38%.

BOLSA

B3 registra lucro de R\$ 907,8 milhões no 4º trimestre de 2025

CYNTHIA DECLOEDT/AE

A B3 registrou lucro líquido de R\$ 907,8 milhões no quarto trimestre de 2025, uma queda de 23% em relação ao quarto trimestre de 2024 e de 27,2% frente ao terceiro trimestre de 2025. O lucro líquido recorrente ajustado pelo benefício fiscal do ágio, que desconsidera, entre outros efeitos, o impacto contábil da atualização do imposto diferido e os juros sobre capital próprio (JCP) extraordinários, registrou alta de 21,9% em base anual e subiu 16,3% frente ao terceiro trimestre, somando R\$ 1,464 bilhão. No ano de 2025, o lucro líquido recorrente da B3 foi de R\$ 5,3 bi-

lhões, crescimento de 10%.

O Ebitda recorrente subiu 14,5% para R\$ 1,829 bilhão no quarto trimestre frente ao mesmo intervalo de 2024 e registrou alta de 5,9% em três meses. A margem Ebitda foi de 69%, uma alta de 175 pontos-base em doze meses e queda de 48 pontos-base no trimestre.

As distribuições do trimestre totalizaram R\$ 3,6 bilhões, sendo R\$ 1,7 bilhão em recompras e R\$ 1,9 bilhão em JCP.

A receita total atingiu R\$ 2,951 bilhões no quarto trimestre, alta de 10,6% em relação ao mesmo trimestre de 2024 e de 6,7% em comparação com o terceiro trimestre de 2025.

BALANÇO

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após um ano de lucro, o Banco Central (BC) fechou o balanço no negativo, por causa da queda do dólar.

Depois de registrar lucro de R\$ 270,9 bilhões em 2024, a instituição teve prejuízo de R\$ 119,97 bilhões em 2025. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem o balanço do órgão no ano passado.

Em relação às operações cambiais, como swap (venda de dólares no mercado futuro) e

variação das reservas internacionais, houve prejuízo de R\$ 150,26 bilhões em 2025. Isso ocorre porque o dólar caiu 11,18% no ano passado, o que provoca perdas na hora de converter as operações cambiais para reais.

O prejuízo não foi maior porque o Banco Central teve lucro operacional (ganhos com o exercício da atividade) de R\$ 30,29 bilhões em 2025. Ao somar os resultados cambiais e operacionais, chega-se ao resultado final de prejuízo de R\$

119,97 bilhões.

TESOURO

Por causa da legislação de 2019, que regulamenta a relação entre o Banco Central e o Tesouro, a destinação dos lucros da autoridade monetária mudou.

O prejuízo cambial de R\$ 150,26 bilhões será absorvido por uma reserva do BC, formada por lucros cambiais anteriores e que cobre eventuais perdas nos anos seguintes. Esta reserva estava em R\$ 263,08 bilhões e agora caiu para R\$

112,82 bilhões.

O recorde de lucro registrado do BC ocorreu em 2020. Naquele ano, a autoridade monetária lucrou R\$ 469,61 bilhões, por causa da disparada do dólar decorrente da pandemia de covid-19.

Até 2021, o BC divulgava balanços semestrais, em fevereiro e em agosto. Em 2022, a Lei Complementar 179 alterou a apuração de resultado do BC de semestral para anual, com divulgação em fevereiro ou em março.

PORTOS

Governo prevê investimentos de R\$ 226 mi em leilões de 3 terminais

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizaram ontem o leilão do primeiro bloco de arrendamentos portuários de 2026. Ao todo, três terminais foram concedidos à iniciativa privada, nos portos de Santana (AP), Natal e Porto Alegre. Os três leilões, na sede da B3, na capital paulista, foram acompanhados pelo ministro Silvio Costa Filho **(foto)**. O critério escolhido para o vencedor foi o maior valor de outorga.

As empresas vencedoras foram a CS Infra, o Consórcio Portos do Sul e a empresa Fomento do Brasil Mineração. Cada uma arrematou um dos terminais e não tiveram concorrentes em suas ofertas.

A previsão inicial do ministério é de que os contratos atraiam cerca de R\$ 226 milhões em investimentos privados, destinados à modernização da infraestrutura, ampliação da capacidade operacional e fortalecimento da logística nas regiões Norte, Nordeste e Sul.

O leilão do POA26, terminal em Porto Alegre, foi vencido pelo Consórcio Portos do Sul, que ofereceu R\$ 10 mil como valor de outorga. O consórcio não teve concorrentes. O leilão da área prevê R\$ 21,13 milhões em investimentos, destinados à movimentação e armazenagem de granel sólido. O prazo de concessão é de 10 anos.

O leilão do NAT01, no porto de Natal, vencido pela Fomento do Brasil Mineração, tem previsão de investimentos de R\$ 55,17 milhões e prazo de concessão de 15 anos. Com apenas uma proposta válida, a empresa vencedora ofereceu R\$ 50 mil como valor de outorga. O terminal é destinado principalmente ao escoamento de granéis minerais, especialmente minério de ferro.

O leilão do Porto de Santana, no Amapá, estava sendo discuti-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

do na Justiça. Nesta semana, uma decisão judicial havia determinado o seu adiamento, mas a liminar foi cassada e o terminal foi, finalmente, levado a leilão. A empresa vencedora foi a CS Infra, que ofereceu R\$ 2 como valor de outorga, em proposta única. O terminal é destinado especialmente para o escoamento da produção de grãos e cavaco de madeira, e tem previsão de investimentos de R\$ 150,2 milhões, com concessão para 25 anos.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa, os três leilões ajudam a demonstrar que o Brasil vive o seu "melhor momento da infraestrutura".

Segundo ele, o ministério pretende encerrar o ano de 2026 realizando 18 leilões na B3.

Inicialmente, o leilão previa que quatro terminais fizessem parte desse bloco inicial, in-

cluindo o terminal de passageiros do Recife, com previsão de investimentos de R\$ 2,3 milhões e prazo de concessão de 25 anos. No entanto, o leilão foi adiado por 180 dias a pedido da autoridade portuária local. Ainda não foi divulgado uma nova data para o leilão.

ALUGUEL CAI 0,73%

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), conhecido como inflação do aluguel, registrou queda de 0,73% em fevereiro, revertendo a alta observada em janeiro, quando havia avançado 0,41%. Com esse resultado, o índice passa a acumular queda de 0,32% no ano e de 2,67% em 12 meses. Em fevereiro de 2025, o IGP-M havia apresentado alta de 1,06% no mês, acumulando variação de 8,44% em 12 meses.

Os dados foram divulgados ontem pela Fundação Getúlio

Vargas.

Em fevereiro, a taxa do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) caiu 1,18%, invertendo o movimento quando comparado à taxa de janeiro, de 0,34%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou taxa de 0,3% em fevereiro, inferior ao mês de janeiro, quando o índice tinha subido 0,51%. Segundo a FGV, entre as oito classes de despesa que compõem o índice, cinco apresentaram recuos em suas taxas de variação: Alimentação (0,66% para 0,17%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,60% para 0,12%), Educação, Leitura e Recreação (1,38% para 0,72%), Transportes (0,71% para 0,53%) e Vestuário (-0,16% para -0,43%). Em sentido oposto, os grupos Habitação (0,06% para 0,33%), Despesas Diversas (0,17% para 0,37%) e Comunicação (0,00% para 0,01%) tiveram aumentos

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 0,34% em fevereiro, desacelerando em relação ao mês anterior, quando registrou alta de 0,63%. O grupo Materiais e Equipamentos recuou de 0,35% para 0,3%; o grupo Serviços aumentou de 0,25% para 0,36%; e o grupo Mão de Obra diminuiu de 1,03% para 0,39%.

Segundo o economista da FGV, André Braz, o IPA, índice de maior peso no IGP, registrou forte queda em fevereiro, puxada pelo recuo dos preços de commodities relevantes. No período, minério de ferro (-6,92%), soja (-6,36%) e café (-9,17%) apresentaram retrações expressivas. Os demais componentes do IGP-M também avançaram em ritmo mais contido do que no mês anterior.

“No varejo, o IPC desacelerou com a perda de intensidade das altas nas mensalidades escolares. Já na construção civil, a inflação da mão de obra perdeu fôlego em relação a janeiro,” afirma Braz.

Nota

CMN APROVA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO A OPERAÇÃO DE CRÉDITO DE ATÉ R\$ 8 BI DOS CORREIOS

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a União a garantir operações de crédito de até R\$ 8 bilhões para os Correios este ano. A medida passou a constar do limite global de novas operações garantidas, a partir de uma resolução publicada pelo colegiado ontem. Na prática, a resolução 5.282 acrescentou os R\$ 8 bilhões destinados aos Correios ao limite global de 2026.

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil



ACESSE NOSSO SITE

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

524 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.851.771/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

- Senhores Acionistas: A 524 Participações S.A. ("Companhia") é uma holding de participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, portanto não operacional. Não houve neste exercício findo e não existem, no momento, investimentos ou desinvestimentos em andamento. A Companhia não possui dívidas ou contratos relevantes ou de longo prazo celebrados, de forma que a principal fonte de recursos é o aporte dos sócios. Contudo, a Companhia poderá se utilizar de financiamentos para cobertura de deficiências de liquidez caso surja nova oportunidade de investimento. A receita da Companhia é composta por receitas financeiras provenientes da aplicação do seu caixa e o resultado operacional é decorrente das despesas administrativas referentes à manutenção da Companhia. Não há fatores relevantes que influenciam de forma significativa o resultado da Companhia. Também não houve efeitos relevantes, ocorridos ou esperados que tenham causado ou venham a afetar as demonstrações contábeis da Companhia. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício findo, poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelo nosso auditor independente – Grant Thornton Auditores Independentes, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a 524 Participações S.A. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026. 524 Participações S.A.

Balancos patrimoniais

- Em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	68	104
Tributos a recuperar	5	6	4
		74	108
Total do ativo		74	108
Passivo e Patrimônio Líquido			
Patrimônio líquido:	Notas	2025	2024
Capital social	6	1.336	1.236
Prejuízos acumulados		(1.262)	(1.128)
		74	108
Total do patrimônio líquido		74	108

Demonstrações do Resultado

- Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares de reais, exceto a quantidade média ponderada de ações e o prejuízo básico e diluído por ações)

No- tas	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	8	(142)	(141)
Resultado antes do resultado financeiro		(142)	(141)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		9	11
		9	11
Prejuízo do exercício		(134)	(130)
Prejuízo básico e diluído por ação - Em R\$	6c	(0,00001)	(0,00002)
Quantidade média ponderada de ações	6c	23.513.477.854	8.182.612.604

Demonstrações do Resultado Abrangente

- Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)

No- tas	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024	
Prejuízo do exercício		(134)	(130)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(134)	(130)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

- Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)

No- tas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.136	(998)	138
Aumento de capital - AGE 30/04/2024	6a	100	100
Prejuízo do exercício	-	(130)	(130)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.236	(1.128)	108
Aumento de capital - AGE 30/04/2025	6a	100	100
Prejuízo do exercício	-	(134)	(134)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.336	(1.262)	74

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

- Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	2025	2024
Prejuízo do exercício		(134)	(130)
Redução de ativos:			
Tributos a recuperar		(2)	-
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(136)	(130)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	6a	100	100
Recursos provenientes das atividades de financiamento		100	100
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(36)	(30)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	104	134
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	68	104
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(36)	(30)

Demonstrações do Valor Adicionado

- Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)

Insumos adquiridos de terceiros	2025	2024
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(124)	(123)
Valor adicionado bruto	(124)	(123)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(124)	(123)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9	11
Valor adicionado total a distribuir	(115)	(112)
Distribuição do valor adicionado	(115)	(112)
Impostos, taxas e contribuições	19	18
Federais	19	18
Remuneração de capitais próprios	(134)	(130)
Prejuízo do exercício	(134)	(130)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- Em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional:

A 524 Participações S.A. ("Companhia"), companhia listada junto à Comissão de Valores Mobiliários com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada. No entanto, até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade - As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela diretoria em 24 de fevereiro de 2026.

b) Base de mensuração - As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo. A preparação das informações Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d).

c) Moeda funcional e de apresentação - As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

d) Uso de estimativas e julgamentos - Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem

5 - Tributos a Recuperar

31/12/2025

31/12/2024

IRRF sobre fundos de renda fixa	2	-
IRPJ 2024	2	2
IRPJ 2023	2	2
Total	6	4

6 - Patrimônio Líquido:

a) Capital social (em milhares de reais, exceto quantidade de ações)

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social está representado por 30.116.536.859 ações ordinárias, sem valor nominal (10.116.536.859 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$10.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2025, foi deliberado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 100, mediante a emissão privada de 20.000.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024, foi deliberado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$100, mediante a emissão privada de 5.882.352.941 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos

As acionistas estão assegurados dividendo mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos propostos estão sujeitos à aprovação pela Assembleia de Acionistas ao fim de cada exercício). A Companhia apresentou prejuízo no exercício 2025, portanto, não houve distribuição de dividendos.

c) Prejuízo básico e diluído por ação (em milhares de reais, exceto quantidade de ações e resultado por ação)

Conforme requerido pela CPC 41 (Resultado por ação), foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

Prejuízo do exercício (em milhares)

Quantidade média de ações

Resultado por ação em R\$

31/12/2024	(130)	8.182.612.604	(0,00002)
31/12/2025	(134)	23.513.477.854	(0,00001)

7 - Partes Relacionadas:

De acordo com a ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2025, foi fixado montante global da remuneração dos administradores para 2025 em até R\$390. Em ata de reunião do Conselho de Administração de 6 de maio de 2025, houve a aprovação para que cada diretor e conselheiro receba R\$3 mensais durante o exercício de 2025. Em ato contínuo, nesta mesma data, foi assinado o Termo de Renúncia à Remuneração por todos os diretores e conselheiros da Companhia. A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada, durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

8 - Despesas Gerais e Administrativas

De 01/01/2025 a 31/12/2025

De 01/01/2024 a 31/12/2024

Auditoria externa	(35)	(31)
Publicações societárias	(16)	(17)
Contribuições e associações diversas	(56)	(54)
Serviços jurídicos	-	(5)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(17)	(16)
Despesas tributárias	(18)	(18)
Total	(142)	(141)

9 - Estrutura do Gerenciamento de Risco:

A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Riscos de crédito

- Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco.

Risco de liquidez

- Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de juros

- A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

Riscos fiscais

As declarações de IRPJ e CSLL apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição.

Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

- O CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação estabelece que a entidade deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2025:

Operação

Fator de risco

Cenário provável

Cenário I - deterioração de 25%

Cenário II - deterioração de 50%

Ativos				
Indexador	CDI	12,25%	9,19%	6,13%
Aplicações financeiras				
R\$68 em 31 de dezembro de 2025 (Nota Explicativa nº 4)		8	6	4

(*) Relatório Focus – Bacen, em 16 de janeiro de 2026. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

Operação

Fator de risco

Cenário provável

Cenário I - deterioração de 25%

Cenário II - deterioração de 50%

Ativos				
Indexador	CDI (*)	14,75%	11,06%	7,38%
Aplicações financeiras				
R\$103 em 31 de dezembro de 2024 (Nota Explicativa nº 4)	-	15	11	8

(*) Relatório Focus – Bacen.

10 - Eventos subsequentes:

Em 20 de fevereiro de 2026 ocorreu Assembleia Geral Extraordinária com as seguintes deliberações: (i) grupamento da totalidade das 30.116.536.859 ações ordinárias de emissão da Companhia, com base na proporção de 910 ações ordinárias para formar 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal. Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o grupamento não resultou na alteração do valor do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares. Dessa forma, fica consignado que o capital social da Companhia permanece no valor de R\$1.336, e que passa a ser dividido em 33.095.095 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) aprovação do aumento do capital social da Companhia no valor de R\$80, passando de R\$1.336 para R\$1.416, mediante a emissão privada de 256.410.256 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$0,0003 por ação. Dessa forma, o capital social passa a ser dividido em 289.505.351 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

DIRETORIA

Diogo Alexandre de Melo Bahia

Norberto Aguiar Tomaz

Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

investimento no valor de R\$ 68 mil, correspondentes a aproximadamente 92% do total do ativo naquela data (com liquidez imediata). A mensuração dessas cotas é realizada pelo administrador do fundo, seguindo a política de remuneração definida no respectivo regulamento, e reconhecida contabilmente ao valor justo por meio do resultado. Em razão da representatividade desse saldo, entendemos que a existência e mensuração desses ativos financeiros constituem uma área de risco e, dessa forma, um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: • obtenção de confirmações externas junto à instituição financeira administradora do fundo, com o objetivo de evidenciarmos a existência e a valorização das cotas detidas pela Companhia e pelos respectivos registros nas demonstrações contábeis; • recálculo dos rendimentos apurados sobre o ativo financeiro, com base nos critérios de remuneração estabelecidos pelo instrumento; • avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

- A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TSG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

- O exame das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade

Fundo

Nível

Adminis- trador

Quant. de Cotas

Var- lor

Quant. de Cotas

Valor

Itaú Soberano RF						
Simplex FIC CIC RL	1	Itaú	831	68	1.439	103
				68		103

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores das 524 Participações S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião

- Examinamos as demonstrações contábeis da 524 Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 524 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

- Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

- Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

- Conforme descrito na nota explicativa nº4, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía aplicações financeiras em cotas de fundos de

524 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.851.771/0001-55

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e

respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026

Grant Thornton

Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-025.583/F-2

Rodrigo Souza Fidalgo

Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

Rio de Janeiro

VERÃO: Chuvoso durante o dia e à noite. Manhã Tarde Noite 28° 22° 95% 05:45 18:30

2025

RJ registra avanço no desempenho do comércio exterior

O Estado do Rio de Janeiro apresentou um avanço expressivo no desempenho do comércio exterior em 2025, impulsionado pelo aumento dos investimentos e pela expansão das atividades ligadas à importação. Dados da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) apontam que os investimentos projetados por empresas do setor cresceram 266%, passando de R\$ 5,1 milhões em 2024 para R\$ 18,9 milhões no ano seguinte.

A expectativa é que os projetos aprovados movimentem cerca de R\$ 2,5 bilhões em operações e faturamento bruto do comércio exterior ao longo dos próximos cinco anos, reforçando a importância do segmento para a economia fluminense. O avanço também teve reflexos no mercado de trabalho. Com o aumento da análise de pleitos por incentivos fiscais – conduzida pela Codin e com deliberações da Comissão Permanente de Políticas para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro (CPPDE) – o setor registrou expansão de 85% na geração de empregos formais, com a criação de 418 novos postos de trabalho em 2025.

“O Rio de Janeiro vem consolidando um ambiente de negócios cada vez mais competitivo e atrativo, e os números do comércio exterior comprovam o papel estratégico do estado nas relações comerciais do país. Temos atuado para dar mais segurança jurídica, estimular investimentos e apoiar o setor produtivo, criando condições para que as empresas ampliem sua atuação em território fluminense. Nosso propósito é claro: tornar o Estado do Rio um dos principais polos de comércio internacional no país e, assim, fomentar a geração de mais empregos e renda para a população”, declarou o governador Cláudio Castro.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Vinicius Farah, destacou que o crescimento do comércio exterior no estado está diretamente relacionado a um ambiente cada vez mais favorável às empresas.

“O aumento expressivo dos pedidos de benefícios fiscais e a confiança das empresas demonstram que o Rio está se tornando um destino mais seguro, competitivo e preparado para receber novos investimentos. O comércio exterior é estratégico para a geração de empregos e para a expansão da nossa base econômica”, disse o secretário.

A Codin, responsável pela análise técnica dos pleitos de incentivos fiscais, desempenhou papel fundamental na consolidação desse avanço. De acordo com o presidente da Companhia, Fábio Picanço, os resultados são fruto de uma gestão técnica e alinhada às prioridades do governo.

“O crescimento observado mostra que as empresas estão enxergando no Rio de Janeiro um estado com planejamento, agilidade e disposição para apoiar quem quer investir. Nesse processo, é importante exaltar parceiros como o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas e Logística do Rio de Janeiro (Sindicarga), o Sindicato dos despachantes aduaneiros do estado (Sindaerj), o Clube do Comex, dentre muitos outros, que vêm trabalhando em conjunto pelo avanço do setor em território fluminense”, conclui Picanço.

COMBATE AO CRIME

Prefeitura mira modelo de NY para Força Municipal armada

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Em visita ao Rio de Janeiro ontem, o chefe de Departamento da Polícia da Cidade de Nova York, Michael J. LiPetri, defendeu o uso intensivo de monitoramento remoto e da ciência de dados como base para lidar com as questões de segurança pública. A prefeitura carioca reconhece a cidade estadunidense como um modelo para a formação da nova Força Municipal, divisão de elite armada da Guarda Municipal, que deve começar a atuar em março.

LiPrieti visitou a Central de Inteligência, Vigilância e Tecnologia em Apoio à Segurança Pública (CIVITAS Rio), onde trocou experiências com o prefeito Eduardo Paes.

“Em Nova York, priorizamos colocar o melhor cientista de dados trabalhando em conjunto com o comandante da polícia. Eles conseguem mapear a cidade e ter uma noção de previsibilidade dos crimes”, diz.

“(Foi possível) entender que as noites de sexta, sábado e domingo são as mais violentas e determinados horários. (Decidimos que) a maioria dos policiais não tem folga nesses dias. É nesses períodos que o maior contingente está na rua e é por isso que tivemos o ano mais seguro da história da cidade no ano passado”, exemplifica.

ANÁLISE DE DADOS

A prefeitura do Rio disse que a principal inspiração em Nova York é o CompStat, ferramenta criada nos anos 1990 para gestão estratégica baseada na análise de dados e indicadores de segurança.

O novo Sistema de Segurança Municipal (SSM) terá 22 áreas prioritárias de monitoramento. A expectativa é mapear as principais áreas criminais, ter reuniões semanais de cobrança de resultados, análise dos dados, alocação precisa do efetivo por horário e tipo de crime, foco na prevenção e responsabilização direta dos comandantes.

O secretário de Segurança Urbana do Rio, Breno Carnevale, disse que os focos principais da Força Municipal serão combater furtos e roubos, crimes, segundo ele, com mais impacto no dia a dia da população. A ideia é que ela seja uma força complementar, mas sem se sobrepor às competências investigativas da Polícia Civil e as operações da Polícia Militar.

Os agentes usarão câmeras corporais, GPS em tempo real e serão monitorados diretamente

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

no Centro de Operações da Prefeitura. O prefeito Eduardo Paes diz que o diferencial da Força Municipal será a atuação baseada em planejamento, gestão por indicadores e ajustes rápidos de estratégia.

“Foram mais de 500 horas de treinamento, desde a parte teórica, desde a parte operacional e o treinamento do sistema operacional, das câmeras corporais. Foram disparos de arma de fogo, teste sobre saque de arma, enfim, tudo que faz parte de uma academia de polícia, para que eles possam colocar os pés na rua mais capacitados”, diz Carnevale.

Uma das preocupações relacionadas à nova força, é a capacidade de diálogo e atuação conjunta efetiva entre as forças de segurança municipais e estaduais, dado o histórico de divergências entre os líderes das duas

esferas de poder.

“A integração com a Polícia Militar e com a Secretaria de Segurança do Estado já está acontecendo. Nós vamos trabalhar em conjunto. Nossas forças sempre trabalharam integradas, independente do ambiente político. Há um encaminhamento sereno a esse respeito”, garante o prefeito.

Desde a votação da criação da Força Municipal, o novo modelo de segurança da prefeitura enfrentou críticas e resistências. As vereadoras Mônica Cunha (PSOL) e Maíra do MST (PT), por exemplo, disseram que uma nova força armada nas ruas trará o efeito contrário, de mais insegurança para população. Elas falam que grupos sociais como camelôs e professores já sofrem com a violência de guardas municipais e ficarão ainda mais em risco.

ADILSINHO

Prisão de bicheiro é fruto da resiliência de forças policiais, diz PF

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

O superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Fábio Galvão, considerou que a prisão do banqueiro de bicho Adilson Oliveira Coutinho Filho, o Adilsinho, ontem, em Cabo Frio, na Região dos Lagos, foi resultado de trabalho árduo e muito difícil, fruto da resiliência das equipes que participam da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado, composta no Rio de Janeiro, Polícia Federal e Polícia Civil. Não foi a primeira operação para prender o bicheiro. “Foi a terceira tentativa de prisão, muito dificultada pela proteção, sobretudo, de policiais ligados à máfia do jogo do bicho”, diz vídeo divulgado à imprensa pela PF.

“Hoje a gente conseguiu prender o mais sanguinário dos capos do jogo do bicho. Vale destacar a atuação incessante das nossas equipes juntas”, afirmou.

O superintendente destacou que anteriormente a ação conjunta das duas corporações já havia estourado três fábricas clandestinas de cigarros ligadas ao contraventor. “É um dos meios de dinheiro principal do bicheiro, fora as máquinas de caça niqueis e a exploração do jogo do bicho.” “É um dos meios de dinheiro principal do bicheiro, fora as máquinas de caça niqueis e a exploração do jogo do bicho. Então foi um presente para a sociedade fluminense a prisão e um baque para a máfia do jogo do bicho.”

Ao lado do superintendente, o secretário de estado de Polícia Civil, Felipe Curi, agradeceu à equipe da Polícia Federal pela parceria e integração das instituições nas ações da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO/RJ), que no Rio de Janeiro, segundo ele, vem fazendo um excelente trabalho conjunto no sentido de combate ao crime organizado.

SAÚDE

Doenças raras: nova tecnologia do SUS reduz tempo de diagnóstico

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA/ABRASIL

O Sistema Único de Saúde (SUS) vai contar com uma tecnologia para agilizar e deixar mais preciso o diagnóstico de doenças raras. A estimativa é que nova plataforma de sequenciamento completo de DNA que vai ser ofertada na rede pública atenda até 20 mil demandas de todo o Brasil por ano e reduza o tempo de espera de um diagnóstico de sete anos para seis meses.

O anúncio foi feito, ontem, pelo Ministério da Saúde, em evento em Brasília. A estimativa é que pelo menos 13 milhões de pessoas tenham doenças raras no País.

“Nós colocamos para o SUS o sequenciamento completo do exoma, que é um exame que custaria R\$ 5 mil”, detalhou Padilha.

A redução do tempo de diagnóstico é fundamental para o tratamento e para a qualidade de vida dos pacientes, conforme ressaltou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que assinou a habilitação de novos serviços para

tratamento de doenças raras. Padilha lembrou que o próximo sábado é dia mundial para conscientização sobre doenças raras.

SERVIÇOS

O ministro defendeu que o país tenha autonomia de pesquisa, produção e tratamento de doenças raras, inclusive prevendo transferências de tecnologias de outros centros de ponta nessa área. “Quando a gente amplia esses serviços para estados que não tinham nenhum serviço ainda, a gente está garantindo um acesso mais próximo onde as pessoas vivem e moram”, ponderou.

O coordenador de doenças raras do ministério, Natan Monsores, explicou que todo paciente que for atendido em um serviço de referência ou for identificado dentro de um serviço de referência de triagem neonatal poderá ser encaminhado para os polos de sequenciamento. “Foi um investimento de R\$ 26 milhões nesse primeiro ano. Nós conseguimos fazer a oferta desse exame, que em

preços de mercado podem chegar até R\$ 5 mil, por R\$ 1,2 mil”.

Monsores esclarece que a resolução diagnóstica é bastante precisa.

“É um ganho enorme para a comunidade de pessoas com doenças raras. Fornecendo para os médicos geneticistas, para as equipes de neurologia e de pediatria, uma ferramenta essencial para fechar esse diagnóstico”.

COM UM COTONETE

A coleta do material é feita com um cotonete na parte interna da bochecha, que colhe células a serem encaminhadas para os laboratórios. Esse teste também pode ser feito com sangue.

“Permite avançar no diagnóstico de deficiências intelectuais, de condições que implicam no atraso do desenvolvimento global das crianças, e também uma enorme diversidade de condições genéticas que podem afetar essas crianças”, diz Monsores.

O coordenador disse que existem 11 unidades da federação

com serviços ativados. Em 90 dias após ação com a ferramenta, foi possível verificar 412 testes já com sequenciamento feito com 175 laudos.

“A nossa perspectiva é fazer a expansão dessa rede para todas as unidades da federação até abril de 2026”.

Outro anúncio do Ministério da Saúde foi o tratamento das crianças com uma terapia gênica inovadora para crianças com atrofia muscular espinhal (AME). “É uma doença que, se não tratada em tempo hábil, é letal. Todas as crianças que receberam essa terapia têm a interrupção da progressão dessa condição”.

AVANÇOS

A presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Pessoas com Doenças Graves, Raras e Deficiências, Maria Cecília Oliveira, que estava no evento do anúncio, celebrou o que chamou de “avanços” nas políticas públicas relacionadas aos pacientes com doenças raras.

PROMPT PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF: 02.992.449/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Senhores Acionistas: A Prompt Participações S.A. ("Companhia") é uma holding de participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, portanto não operacional. Não houve neste exercício findo e não existem, no momento, investimentos ou desinvestimentos em andamento. A Companhia não possui dívidas ou contratos relevantes ou de longo prazo celebrados, de forma que a principal fonte de recursos é o aporte dos sócios. Contudo, a Companhia poderá se utilizar de financiamentos para cobertura de deficiências de liquidez caso surja nova oportunidade de investimento. A receita da Companhia é composta por receitas financeiras provenientes da aplicação do seu caixa e o resultado operacional é decorrente das despesas administrativas referentes à manutenção da Companhia. Não há fatores relevantes que influenciam de forma significativa o resultado da Companhia. Também não houve efeitos relevantes, ocorridos ou esperados que tenham causado ou venham a afetar as demonstrações contábeis da Companhia. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício findo, poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – Grant Thornton Auditores Independentes, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Prompt Participações S.A. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026. PROMPT PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanco Patrimonial - Em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)			
Ativo	Notas	2025	2024
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	78	104
Tributos a recuperar	5	7	4
		85	108
Total do ativo		85	108
Patrimônio Líquido	Notas	2025	2024
Patrimônio Líquido:	6		
Capital social		6.088	5.978
Prejuízos acumulados		(6.003)	(5.870)
		85	108
Total do patrimônio líquido		85	108

Demonstrações do Resultado - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares de reais, exceto a quantidade média ponderada de ações e o prejuízo básico e diluído por ações)

	No- tas	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	8	(144)	(136)
Resultado antes do resultado financeiro		(144)	(136)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		11	11
		11	11
Prejuízo do exercício		(133)	(125)
Prejuízo básico e diluído por ação - Em R\$	6c	(0,000004)	(0,000001)
Quantidade média ponderada de ações	6c	32.674.986.165	11.515.411.199

Demonstrações do Resultado Abrangente - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)

	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024
Prejuízo do exercício	(133)	(125)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(133)	(125)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)

	No- tas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		5.878	(5.745)	133
Aumento de capital - AGOE 30/04/2024	6a	100	-	100
Prejuízo do exercício		-	(125)	(125)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.978	(5.870)	108
Aumento de capital - AGOE 30/04/2025	6a	110	-	110
Prejuízo do exercício		-	(133)	(133)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		6.088	(6.003)	85

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(133)	(125)
Aumento (redução) de ativos:			
Tributos a recuperar		(3)	1
Caixa líquido consumidos nas atividades operacionais		(136)	(124)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	6a	110	100
Recursos provenientes das atividades de financiamento		110	100
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(26)	(24)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	104	128
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	78	104
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(26)	(24)

Demonstrações do Valor Adicionado - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares reais)

	2025	2024
Insumos adquiridos de terceiros	(126)	(118)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(126)	(118)
Valor adicionado bruto	(126)	(118)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(126)	(118)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	11	11
Valor adicionado total a distribuir	(115)	(107)
Distribuição do valor adicionado	(115)	(107)
Impostos, taxas e contribuições	18	18
Federais	16	18
Estaduais	2	-
Remuneração de capitais próprios	(133)	(125)
Prejuízo do exercício	(133)	(125)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31/12/2025 e em 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: A Prompt Participações S.A. ("Companhia"), companhia listada junto à Comissão de Valores Mobiliários com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. No entanto, até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais, apresenta prejuízos acumulados e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** **2.1. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis - a) Declaração de conformidade** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OPCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela diretoria em 24 de fevereiro de 2026. **b) Base de mensuração** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo. A preparação das informações Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d). **c) Moeda funcional e de apresentação** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos** - Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos

resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024. **2.2. Pronunciamentos emitidos e interpretações emitidas recentemente** - Não houve alterações significativas, para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas Demonstrações Contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronuncia- mento	Emissão	Destaques	Vigência
IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements	Abril de 2024	A norma busca endereçar demandas de investidores por informações mais relevantes e comparáveis divulgadas nas demonstrações contábeis das entidades. A IFRS 18 introduz alterações nas demonstrações de resultado com três novas categorias de receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - dois subtotais obrigatórios, e alterações no agrupamento de saldos. Além disso, traz a obrigatoriedade de divulgações em nota explicativa sobre medidas de desempenho definidas pela Administração, alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos de apresentação de despesas por natureza ou função. Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2027
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Julho de 2024	IFRS 19 é uma nova norma de aplicação voluntária que permite entidades elegíveis fornecerem divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações contábeis.	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2026

2.3. Continuidade operacional - A Administração tem, na data de aprovação das Demonstrações Contábeis, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional. Portanto, a Companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das Demonstrações Contábeis. **3 - Políticas contábeis materiais** - As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **a) Atuação do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa n.º 4. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **(iii) Hierarquia de valor justo** - A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis. **c) Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais, conforme nota explicativa n.º 5. **d) Imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil/ano ou R\$20 mil/mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido é de R\$2.360 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.227 em 31 de dezembro de 2024). **e) Resultado básico e diluído por ação** - O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício, conforme nota explicativa n.º 6c. **f) Demonstrações do Valor Adicionado** - A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), aplicáveis à companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **g) Demonstrações dos Fluxos de Caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	31/12/2025	31/12/2024
4 - Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depósitos bancários	7	1
Aplicações financeiras (a)	77	103
	78	104

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2025 a remuneração média foi de 100,56% do CDI (89,24% em 31 de dezembro de

existência e mensuração desses ativos financeiros constituem uma área de risco e, dessa forma, um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** - Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: • obtenção de confirmações externas junto à instituição financeira administradora do fundo, com o objetivo de evidenciarmos a existência e valorização das cotas detidas pela Companhia e respectivos registros nas demonstrações contábeis; • recálculo dos rendimentos apurados sobre o ativo financeiro, com base nos critérios de remuneração estabelecidos pelo instrumento; • avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos** **Demonstração do valor adicionado** - A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está concluída com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo** - O exame das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, em 7 de fevereiro de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

2024). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras (em milhares de reais, exceto quantidade de cotas):

	31/12/2025	31/12/2024
	Quant. de Cotas	Quant. de Cotas
Fundo	Nível	Itaú
Itaú Top Referenciado	1	9.387
DI FIF CIB RL		77
5 - Tributos a Recuperar		
IRRF sobre fundos de renda fixa		3
IRPJ 2024		2
IRPJ 2023		2
		7

6 - Patrimônio Líquido: a) Capital social (em milhares de reais, exceto quantidade de ações) - Em 31 de dezembro de 2025, o capital social está representado por 41.755.137.226 ações ordinárias, sem valor nominal (14.255.137.226 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$10.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024, foi deliberado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$100, mediante a emissão privada de 8.333.333.333 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2025, foi deliberado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$110, mediante a emissão privada de 27.500.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **b) Dividendos** - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos propostos estão sujeitos à aprovação pela Assembleia de Acionistas ao fim de cada exercício. A Companhia apresentou prejuízo no exercício 2025, portanto, não houve proposta para distribuição de dividendos. **c) Prejuízo básico e diluído por ação (em milhares de reais, exceto quantidade de ações e resultado por ação)** - Conforme requerido pela CPC 41 - Resultado por ação, foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	Prejuízo do exercício (em milhares)	Quantidade média ponderada de ações	Resultado por ação em R\$
31/12/2024	(125)	11.515.411.199	(0,00001)
31/12/2025	(133)	32.674.986.165	(0,000004)

7 - Partes Relacionadas: De acordo com a ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2025, foi fixado montante global da remuneração dos administradores para 2025 em até R\$390. Em ata de reunião do Conselho de Administração de 6 de maio de 2025, houve a aprovação para que cada diretor e conselheiro receba R\$3 mensais durante o exercício de 2025. Em ato contínuo, nesta mesma data, foi assinado o Termo de Renúncia à Remuneração por todos os diretores e conselheiros da Companhia. A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	De 01/01/2025 a 31/12/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024
8 - Despesas Gerais e Administrativas		
Auditoria externa	(36)	(31)
Publicações societárias	(16)	(54)
Contribuições e associações diversas	(56)	(17)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(18)	(16)
Despesas tributárias	(18)	(18)
	(144)	(136)

9 - Estrutura do Gerenciamento de Risco: A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Riscos de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de juros** - A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. **Riscos fiscais** - As declarações de IRPJ e CSLL apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. **Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros** - O CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação estabelece que a entidade deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2025:

	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deteriora- ção de 25%	Cenário II - deteriora- ção de 50%
Operação				
Ativos				
Indexador	CDI (*)	12,25%	9,19%	6,13%
Aplicações financeiras				
R\$77 em 31 de dezembro de 2025 (Nota n.º4)	-	9	7	5

(*) Relatório Focus – Bacen, em 16 de janeiro de 2026. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deteriora- ção de 25%	Cenário II - deteriora- ção de 50%
Operação				
Ativos				
Indexador	CDI (*)	14,75%	11,06%	7,38%
Aplicações financeiras				
R\$103 em 31 de dezembro de 2024 (Nota n.º4)	-	15	11	8

(*) Relatório Focus – Bacen. Em 20 de fevereiro de 2026 ocorreu Assembleia Geral Extraordinária com a seguinte deliberação: (i) aprovação do aumento do capital social da Companhia no valor de R\$80, passando de R\$6.088 para R\$6.168, mediante a emissão privada de 80.000.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$0,000001 por ação. Dessa forma, o capital social passa a ser dividido em 121.755.137.226 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

DIRETORIA	
Diogo Alexandre de Melo Bahia	Norberto Aguiar Tomaz
Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/0-8	

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de

PROMPT PARTICIPAÇÕES S.A.	
CNPJ/MF: 02.992.449/0001-09	
auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a	
não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que	
foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.	
Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026	
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC SP-025.583/F-2	Rodrigo Souza Fidalgo Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

País

SUSPENSÃO

STF adia para 25 de março julgamento sobre penduricalhos

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu adiar para 25 de março o início da votação sobre as decisões que suspenderam o pagamento de penduricalhos nos Três Poderes, benefícios que são concedidos a servidores públicos e que, somados ao salário, não cumprem o teto remuneratório constitucional de R\$ 46,3 mil.

Apesar do adiamento, continuam válidas as decisões dos ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes que suspenderam os pagamentos.

Na sessão de ontem, o julgamento do caso foi iniciado, mas os ministros decidiram adiar a votação para analisar a complexidade do tema.

No dia 5 de fevereiro, Dino determinou a suspensão dos

penduricalhos que não estão previstos em lei. A decisão deve ser aplicada pelos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, nas esferas federal, estadual e municipal, que terão prazo de 60 dias para revisar e suspender pagamento dessas verbas indenizatórias que não respeitam o teto.

Na terça-feira passada, Gilmar Mendes também suspendeu os pagamentos a juízes e membros do Ministério Público.

No mesmo dia, o Supremo e a cúpula do Congresso deram o primeiro passo para regulamentar o pagamento dos penduricalhos e decidiram fechar um acordo para a criação de regras de transição para as verbas extrateto. A regulamentação foi uma das determinações que constam na decisão de Flávio Dino.

CPI

Irmãos de Toffoli não são obrigados a depor decide Mendonça

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem que os irmãos do ministro Dias Toffoli não são obrigados a comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado no Senado.

Quarta-feira, José Eugênio Dias Toffoli e José Carlos Dias Toffoli foram convocados pela comissão para prestar depoimento sobre as transações financeiras ocorridas entre a empresa Maridt Participações e um fundo investimentos ligado ao Banco Master. A empresa familiar foi dona do resort Tayayá, localizado no Paraná.

Na decisão, o ministro atendeu ao pedido feito pela defesa dos irmãos de Toffoli e afirmou eles foram tratados pela CPI na condição de investigados. Dessa forma, segundo Mendonça, eles não são obri-

gados a produzir provas contra si mesmos, e o depoimento deve ser facultativo.

“Há jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que o direito de um investigado a não autoincriminação abrange a faculdade de comparecer ou não ao ato”, decidiu o ministro.

De acordo com o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), relator da CPI, há suspeitas de que a Maridt atuou como uma empresa de “fachada” para lavagem de dinheiro.

DEFESA

Na petição enviada ao Supremo, os advogados dos irmãos de Toffoli alegaram que a CPI não pode obrigá-los a prestar depoimento, após apontar que eles são investigados. Além disso, a defesa destacou que eles poderiam sofrer ameaças de responsabilização penal durante a oitiva.

FORÇAS ARMADAS

Exército promove a primeira mulher ao quadro de generais

MARCELO GODOY/AE

A coronel médica Cláudia Lima Gusmão Cacho foi indicada para ocupar uma vaga entre os oficiais-generais médicos do Exército Brasileiro. Trata-se da primeira mulher promovida ao generalato da história da Força Terrestre.

A indicação, após votação secreta dos generais do Alto Comando do Exército, será agora submetida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deve homologar as indicações dela e de outros 16 coronéis à patente

de general de brigada - dois deles no quadro médico, entre eles a coronel Cláudia.

A promoção da primeira mulher general era esperada havia dois anos, quando o comandante da Força, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, anunciou que ela devia acontecer em até dois anos - Marinha e Força Aérea já têm oficiais-generais mulheres. Cláudia concorria à vaga com outra coronel.

Ela é natural de Recife (PE) e médica pediatra. Cláudia tem 57 anos e ingressou no Exército em 30 de janeiro de 1996.

SARRUBBO

PL antifacção deixa de fora ‘andar de cima’ do crime

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados para o Projeto de Lei Antifacção dificultará a punição das grandes lideranças do crime organizado no país. Segundo o ex-secretário nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo (foto), as dificuldades serão, inclusive, financeiras, uma vez que, por questões políticas, os deputados inviabilizaram recursos que seriam obtidos junto às bets para abastecer o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Sarrubbo foi o entrevistado do programa Alô Alô Brasil, da Rádio Nacional ontem.

Ele explicou que, se o texto for sancionado na versão atual, a lei criada “atingirá apenas a base das organizações criminosas”, deixando de lado aqueles que, segundo ele, “estão no andar de cima”.

“Era contra eles (os verdadeiros comandantes das organizações criminosas) que a gente queria avançar”, acrescentou ao ressaltar que o foco do texto se restringiu aos crimes violentos, liberando os políticos ligados ao crime organizado, bem como aqueles que, de fato, financiam o crime.

ALTERAÇÕES

A versão apresentada pelo relator do PL antifacção na Câmara, Guilherme Derrite (PP-SP), rejeitou as alterações feitas no

DESDE 2019

Mendes defende tramitação do inquérito das fake news no STF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu ontem a tramitação do chamado inquérito das fake news, aberto pela Corte em 2019 e ainda continua em andamento.

Durante discurso em alusão aos 135 anos de instalação do Supremo no país, Mendes defendeu a atuação da Corte na defesa da democracia a lembrou que os atos golpistas de 8



TÂNIA RÉGO/ABRASIL

Senado, o que, na avaliação de Sarrubbo, prejudicou até mesmo a destinação de recursos aos estados, para o combate às organizações criminosas, uma vez que excluiu a taxação das bets para a criação do FNSP.

“A Câmara não quis dar recursos para esse fundo por razões políticas. O Derrite (relator na Câmara) retirou isso do texto. Seriam R\$ 30 bilhões (que iriam das Bets) para o FNSP. Recursos que, na verdade, iriam para os estados, porque esse não é um recurso do governo federal.”

CORAÇÃO FINANCEIRO

Ele lembrou que a proposta inicial criava “mecanismos para atingir os que atuam na Faria Lima e em Fintechs; quem financia essas organizações criminosas”, disse o ex-secretário.

A Faria Lima não pega fuzil”, acrescentou ao se referir à Operação Carbono Oculto, que identificou um esquema criminoso que teria movimentado recursos de organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Sarrubbo ressaltou que a ideia defendida pelo governo é a de asfixiar financeiramente as facções criminosas.

“A hora de subir o morro é após conseguirmos estancar o fluxo financeiro das organizações criminosas, quando elas estiverem sem fuzis, desorganizadas e sem conseguir pagar para os seus olheiros. Aí sim a gente (as forças de segurança) pode agir com consistência. Com baixa letalidade e com muita eficiência, a gente começa a tomar esses territórios.”

PATENTE

Bolsonaro tem até a próxima semana para apresentar defesa em ação no STM

MARIA MAGNABOSCO/AE

O Superior Tribunal Militar (STM) notificou na segunda-feira passada, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para que apresente sua defesa no processo que pode resultar na perda de sua patente. Conforme a Secretaria Judiciária do órgão, Bolsonaro terá dez dias corridos, ou seja, até o dia 5 de março para se manifestar.

No dia 9 de fevereiro, o ministro Carlos Vuyk de Aquino,

do STM designou o oficial de justiça responsável para notificar Bolsonaro presencialmente no 19.º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a Papudinha, onde o ex-presidente cumpre pena. Em razão do período de carnaval, a notificação oficial ocorreu no dia 23 deste mês, e o prazo para a apresentação da defesa começou a partir desta terça-feira, 24.

Além do ex-presidente, o Ministério Público Militar (MPM)

requereu a perda de patente do ex-comandante da Marinha Almir Garnier e dos generais Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Walter Braga Netto.

Os militares foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ação que apurou a trama golpista, elencando os motivos pelos quais entende que eles se tornaram indignos ou incompatíveis com o oficialato.

Em todos os casos, o Ministério Público Militar sustenta que,

além das condenações criminais, os oficiais violaram o preceito ético mais básico do Estatuto dos Militares: o dever de “amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal”.

Em documento enviado ao STM e obtido com exclusividade pelo Estadão, o Ministério Público Militar informou que Bolsonaro violou oito regras éticas básicas da caserna ao organizar um golpe contra as instituições.

GAMA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.796.775/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Senhores Acionistas: A Gama Participações S.A. (“Companhia”) é uma holding de não operacional. Não houve neste exercício findo e não existem, no momento, investimentos ou desinvestimentos em andamento. A Companhia não possui dívidas ou contratos relevantes ou de longo prazo celebrados, de forma que a principal fonte de recursos é o aporte dos sócios. Contudo, a Companhia poderá se utilizar de financiamentos para cobertura de deficiências de liquidez caso surja nova oportunidade de investimento. A receita da Companhia é composta por receitas financeiras provenientes da aplicação do seu caixa e o resultado operacional é decorrente das despesas administrativas referentes à manutenção da Companhia. Não há fatores relevantes que influenciam de forma significativa o resultado da Companhia. Também não houve efeitos relevantes, ocorridos ou esperados que tenham causado ou venham a afetar as demonstrações contábeis da Companhia. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício findo, poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – Grant Thornton Auditores Independentes, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Gama Participações S.A. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026. Gama Participações S.A.

Balancos patrimoniais - Em 31/12/2025 e em 2024 <i>(Em milhares de reais)</i>			
Ativo	Notas	2025	2024
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	933	975
Tributos a recuperar	5	52	34
		985	1.009
Total do ativo		985	1.009
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2025	2024
Circulante:			
Obrigações fiscais		1	1
Patrimônio líquido:	6		
Capital social		1.321	1.321
Prejuízos acumulados		(337)	(313)
		984	1.008
Total do passivo e do patrimônio líquido		985	1.009
Demonstrações do Resultado - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 <i>(Em milhares de reais, exceto a quantidade média ponderada de ações e o prejuízo básico e diluído por ações)</i>			
	No-tas	De 01/01/2025 a 31/12/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024
Resultados operacionais			
Despesas gerais e administrativas	8	(148)	(140)
Resultado antes do resultado financeiro		(148)	(140)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	9	124	100
		124	100
Prejuízo do exercício		(24)	(40)
Prejuízo básico e diluído por ação - Em R\$	6.c	(0,01270)	(0,02040)
Quantidade média ponderada de ações		1.936	1.936

Demonstrações do Resultado Abrangente - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 <i>(Em milhares de reais)</i>			
	De 01/01/2025 a 31/12/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024	
Prejuízo do exercício	(24)	(40)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	(24)	(40)	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 <i>(Em milhares de reais)</i>			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.321	(273)	1.048
Prejuízo do exercício	-	(40)	(40)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.321	(313)	1.008
Prejuízo do exercício	-	(24)	(24)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.321	(337)	984
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 <i>(Em milhares de reais)</i>			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	2025	2024
Prejuízo do exercício		(24)	(40)
Prejuízo do exercício ajustado		(24)	(40)
Aumento (redução) de ativos			
Tributos a recuperar		(18)	4
Caixa líquido consumidos nas atividades operacionais		(42)	(36)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(42)	(36)
Caixa e equivalentes de caixa			
no início do exercício	4	975	1.011
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	933	975
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(42)	(36)
Demonstrações do Valor Adicionado - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e em 2024 <i>(Em milhares de reais)</i>			
Insumos adquiridos de terceiros	2025	2024	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(125)	(118)	
Valor adicionado bruto	(125)	(118)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(125)	(118)	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	124	100	
Valor adicionado total a distribuir	(1)	(18)	
Distribuição do valor adicionado	(1)	(18)	
Impostos, taxas e contribuições	23	22	
Federais	21	21	
Estaduais	2	1	
Remuneração de capitais próprios	(24)	(40)	
Prejuízo do exercício	(24)	(40)	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31/12/2025 e em 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Gama Participações S.A. (“Companhia”), companhia listada junto à Comissão de Valores Mobiliários com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a participação em empreendimentos imobiliários, e como cotista, de fundos de investimento regularmente constituídos. No entanto, até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais. Caso seja necessário, a Companhia obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório. **2 - Apresentação das demonstrações contábeis:** **2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. **b) Data de aprovação das demonstrações contábeis** - As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela diretoria em 24 de fevereiro de 2026. **c) Base de mensuração** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo. A preparação das informações Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e). **d) Moeda funcional e de apresentação** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera (“moeda funcional”). **e) Uso de estimativas e julgamentos** - Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a

Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024. **2.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente** - Não houve alterações significativas para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas Demonstrações Contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronuncia-mento

Emissão

Destaques

Vigência

IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*

Abril de 2024

Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS — Volume 11

Julho de 2024

IFRS 19 - *Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações*.

Maio de 2024

2.3. Continuidade operacional - A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações contábeis, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional. Portanto, a Companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis. **3 - Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas adiante. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **a) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **(iii) Hierarquia de valor justo** - A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis. **c) Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais, conforme nota explicativa nº 5. **d) Imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Demonstrações Contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 ao ano ou R\$ 20 ao mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido é de R\$ 443 em 31 de dezembro de 2025 (R\$418 em 31 de dezembro de 2024). **e) Resultado básico e diluído por ação** - O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme Nota Explicativa nº 6c. **f) Demonstrações do Valor Adicionado** - A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), aplicáveis à companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis. **g) Demonstrações dos Fluxos de Caixa** - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

risco e, dessa forma, um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** - Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: • obtenção de confirmações externas junto à instituição financeira administradora do fundo, com o objetivo de evidenciar a existência e a valorização das cotas detidas pela Companhia e pelos respectivos registros nas demonstrações contábeis; • recálculo dos rendimentos apurados sobre o ativo financeiro, com base nos critérios de remuneração estabelecidos pelo instrumento; • avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado** - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo** - O exame das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 7 de fevereiro de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a

comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, portanto dívidas ou contratos relevantes ou de longo prazo celebrados, de forma que a principal fonte de recursos é o aporte dos sócios. Contudo, a Companhia poderá se utilizar de financiamentos para cobertura de deficiências de liquidez caso surja nova oportunidade de investimento. A receita da Companhia é composta por receitas financeiras provenientes da aplicação do seu caixa e o resultado operacional é decorrente das despesas administrativas referentes à manutenção da Companhia. Não há fatores relevantes que influenciam de forma significativa o resultado da Companhia. Também não houve efeitos relevantes, ocorridos ou esperados que tenham causado ou venham a afetar as demonstrações contábeis da Companhia. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício findo, poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – Grant Thornton Auditores Independentes, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Gama Participações S.A. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026. Gama Participações S.A.

4 - Caixa e equivalentes de caixa			31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras (a)			933	975
Total			933	975
(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. No exercício, a remuneração média foi de 100,38% do CDI (91,39% em 31 de dezembro de 2024). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras (em milhares de reais, exceto quantidade de cotas):				
Fundo	Nível	Administrador	31/12/2025 Quant. de Cotas	31/12/2024 Quant. de Cotas
Itaú Top RF Referenciado				
DI FIF CIC RL	1	Banco Itaú	1.977	17
Opportunity Top DI FIC de FIF	1	BNY Mellon	117.866	916
Total			933	975
5 - Tributos a recuperar			31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre fundos de renda fixa			18	-
IRPJ 2024			15	15
IRPJ 2023			19	19
Total			52	34

6 - Patrimônio líquido: a) Capital social (em milhares de Reais, exceto quantidade de ações) - Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social está representado por 1.935.716 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$ 10.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. **b) Dividendos** - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos propostos estão sujeitos à aprovação pela Assembleia de Acionistas ao fim de cada exercício. A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2025 e 2024, portanto, não houve proposta para distribuição de dividendos. **c) Prejuízo básico e diluído por ação (em milhares de Reais, exceto quantidade de ações e resultado por ação)** - Conforme requerido pela CPC 41 – Resultado por ação, foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	Prejuízo do exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação - Em R\$
31/12/2024	(40)	1.935.716	(0,02040)
31/12/2025	(24)	1.935.716	(0,01270)
7 - Partes relacionadas: De acordo com a ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2025, foi fixado montante global da remuneração dos administradores para 2025 em até R\$ 390. Em ata de reunião do Conselho de Administração de 6 de maio de 2025, houve a aprovação para que cada diretor e conselheiro receba R\$ 3 mensais durante o exercício de 2025. Em ato contínuo, nesta mesma data, foi assinado o Termo de Renúncia à Remuneração por todos os diretores e conselheiros da Companhia. A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia possui investimento em fundo de investimento em renda fixa junto ao Fundo Opportunity Top DI FIC de FIF, administrado pelo BNY Mellon.			
		De 01/01/2025 a 31/12/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024
8 - Despesas gerais e administrativas		(35)	(31)
Auditoria externa		(56)	(54)
Anuidade B3		(17)	(17)
Publicações societárias		(17)	(16)
Despesas de serviços do sistema financeiro		(23)	(22)
Despesas tributárias		(148)	(140)
Total			

9 - Estrutura do gerenciamento de risco: A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Riscos de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de juros** - A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. **Riscos fiscais** - As declarações de IRPJ e CSLL apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. **Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros** - O CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece que a entidade deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2025:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI (*)	12,25%	9,19%	6,13%
Aplicações financeiras				
R\$ 933 em 31/12/2025	-	114	86	57
(Nota Explicativa nº 4)				

(*) Relatório Focus – Bacen, em 16 de janeiro de 2026. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	14,75%	11,06%	7,38%
Aplicações financeiras				
R\$ 975 em 31/12/2024	-	144	108	72
(Nota Explicativa nº 4)				

DIRETORIA

Diogo Alexandre de Melo Bahia Norberto Aguiar Tomaz

Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

GAMA PARTICIPAÇÕES S.A.	
CNPJ: 02.796.775/0001-40	
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.	
Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026	
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC SP-025.583/F-2 Rodrigo Souza Fidalgo Contador CRC 1RJ-115.816/O-5	

País

INSS

Parlamentares pedem a Alcolumbre nulidade de votação em CPMI

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

Grupo de integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) encaminharam um requerimento ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para pedir a anulação da votação de ontem. Eles acusam o presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), de fraude e pedem também análise do caso pela Comissão de Ética do Senado. No total, 14 parlamentares assinam o documento.

O documento inclui fotos que foram apresentadas como supostas comprovações de irregularidades em uma sessão tumultuada que aprovou 87 requerimentos. Entre essas decisões, estão as quebras de sigilos congressuais e fiscais do empresário Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Lula.

Pelo documento enviado a Alcolumbre, cinco senadores e nove deputados pedem, além da suspensão dos efeitos da votação, que o recurso seja apresentado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado para apurar eventual quebra de decoro parlamentar por parte do presidente da comissão, o senador Carlos Viana.

Para os parlamentares, a votação foi “evada de vício” e “compromete a legalidade do processo legislativo, vulnera o princípio democrático e projeta insegurança jurídica sobre todos os atos subsequentes”. Eles pediram que cada um dos 86 requerimentos fosse votado um a um.

Além das quebras de sigilos de Lulinha, esses requerimentos incluíam novas convocações, como a do ex-executivo e sócio do Banco Master Augusto Ferreira Lima, do ex-deputado federal André Luis Dantas Ferreira, o André Moura; da empresária Danielle Miranda Fontelles e de Gustavo Marques Gaspar, ex-assessor do senador Weverton Rocha (PDT-MA).

TRAGÉDIA

MG: prioridade é resgate e auxílio a vítimas, diz ministro da Integração

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, afirmou ontem que a prioridade do trabalho das equipes da Defesa Civil continua no resgate das vítimas e no auxílio de pessoas desabrigadas e desalojadas das enchentes que atingiram a Zona da Mata mineira.

Góes ressaltou que o governo também trabalha nas ações de restabelecimento dos serviços essenciais, na mobilidade, limpeza urbana e reconstrução das cidades.

"A resposta ao desastre agora é assistir as pessoas, fazer a procura de desaparecidos, salvamento, cuidar de pessoas desabrigadas, desalojadas, trabalhar

CONTAGEM

Na argumentação de parlamentares que assinam o documento, foram incluídas cinco imagens que comprovariam a presença dos seus votos contrários, o que alteraria o resultado da votação.

“Conforme demonstram os registros audiovisuais e as fotografias da sessão, os requerimentos foram, em realidade, rejeitados por 14 votos contrários, em contraste com sete votos favoráveis”.

Nessas imagens, há a identificação dos parlamentares sobre as imagens deles. Eles se encontram em pé. “Os senadores e deputados que votaram contra os requerimentos em globo levantaram-se de suas cadeiras e ergueram os braços, manifestando-se de forma inequívoca e visível”, diz o documento.

Segundo os 14 parlamentares, isso não ocorreu por mera controvérsia interpretativa. “A gravidade da fraude na contagem dos votos é agravada pela nítida parcialidade na condução dos trabalhos. O grupo de oposição, por intermédio da Presidência da CPMI, realizou uma seleção arbitrária de requerimentos para a pauta do dia”.

O documento foi assinado pelos senadores Randolfe Rodrigues (PT-AP), Soraya Thronicke (Podemos-MS), Jussara Lima (PSD-PI), Jaques Wagner (PT-BA) e Teresa Leitão (PT-PE), e dos deputados Paulo Pimenta (PT-RS), Damiano Feliciano (União-PB), Átila Lira (PP-PI), Cleber Verde (MDB-MA), Orlando Silva (PCdoB-SP), Romero Rodrigues (Podemos-PB), Alencar Santana (PT-SP), Neto Carletto (PP-BA) e Rogério Correia (PT-MG).

A veículos de imprensa, o senador Carlos Viana disse que espera que o presidente do Senado receba todas as versões do que ocorreu na votação.

“Tenho muita tranquilidade que o regimento da Casa foi cumprido e de que nós temos todas as condições para dar sequência aos requerimentos”.

para o restabelecimento dos serviços públicos e a partir daí a reconstrução dos prejuízos causados" afirmou o ministro em entrevista a Voz do Brasil.

Até o momento, a tragédia contabiliza 59 mortes nos municípios de Juiz de Fora, Ubá e Matias Barbosa. As operações de busca e salvamento se concentram em oito frentes de atuação, sendo seis em Juiz de Fora e duas em Ubá que são municípios próximos.

A Defesa Civil Nacional já reconheceu o estado de calamidade pública em Juiz de Fora e, de forma sumária, nas cidades de Ubá e Matias Barbosa. Na sequência, o governo federal liberou mais de R\$ 3 milhões para atendimento e reconstrução das cidades.

ELEIÇÕES

Haddad diz a aliados que vai disputar governo de SP

VERA ROSA/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), cedeu à pressão. Após meses afirmando que não disputaria as eleições neste ano, ele disse a aliados que será candidato ao governo de São Paulo porque nunca poderia negar um pedido feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Haddad e Lula tiveram nova conversa ontem, em jantar no Palácio da Alvorada. O presi-

dente também vai se reunir mais uma vez com o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e espera acertar com ele os detalhes finais para sua candidatura ao governo de Minas Gerais.

Com esse arranjo, Lula consegue montar os palanques nos dois maiores colégios eleitorais do País: São Paulo e Minas. Ao que tudo indica, o vice na chapa do petista a novo mandato no Palácio do Planalto continuará sendo Geraldo Alckmin (PSB).

A subida do senador Flávio

Bolsonaro (PL-RJ), desafiante de Lula, nas pesquisas de intenção de voto surpreendeu o Palácio do Planalto. Há um diagnóstico no governo de que foi um erro deixar Flávio "solto", sem atacá-lo nem expor as acusações que pesam contra ele, como o escândalo da "rachadinha".

Além disso, a cúpula do PT avalia que a candidatura do governador de São Paulo à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), enfrenta momento difícil depois de desentendi-

mentos entre ele e o secretário de Governo, Gilberto Kassab. Por isso, esse seria o momento de Haddad começar a articular sua pré-campanha e fazer as articulações políticas, ainda que de forma discreta.

O titular da Fazenda não assume oficialmente a candidatura, mas deixará o governo no fim deste mês ou no início de abril para disputar o Bandeirantes. Haddad é hoje considerado o sucessor de Lula no PT, a partir de 2030.

ESPECIAL

Forbes aponta nova era de tecnologia, consolidação e estratégias globais na gestão de fortunas para 2026

POR BÁRBARA SOUZA

O universo de wealth management, ou gestão de fortunas, caminha para um ano marcado por profundas transformações estruturais, impulsionado por fatores que vão desde avanços tecnológicos e mudanças regulatórias até uma base de clientes mais exigente e globalizada. A gestão de patrimônio, que historicamente se apoiava em retornos financeiros tradicionais, passa a integrar um conjunto mais amplo de serviços que respondem tanto a demandas comportamentais quanto a desafios macroeconômicos. Segundo a Forbes Brasil, executivos de grandes family offices e gestores, identificam várias tendências que vão moldar o setor, refletindo uma maturidade crescente do segmento no Brasil e no exterior.

Uma das principais mudanças observadas é a expansão do escopo de serviços oferecidos aos clientes. Consultores e gestores têm ampliado a oferta para além da simples administração de carteiras, incorporando soluções de planejamento fiscal, sucessório, gestão imobiliária e até aconselhamento estratégico de longo prazo. Esse movimento decorre não apenas de um cliente mais sofisticado, que hoje valoriza planejamento e estrutura patrimonial integrada, mas também de um ambiente regulatório que pressiona por maior clareza e eficiência na entrega de valor agregado.

A transparência, aliás, tornou-se um ponto central da competitividade no setor. Reguladores como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) têm reforçado exigências sobre divulgação de taxas e práticas de consultoria, em resposta ao aumento de investidores que demandam clareza em custos e resultados. Esse foco reforça a confiança como base da relação

entre gestor e cliente, transformando a comunicação aberta em diferencial estratégico para empresas que desejam se destacar num mercado cada vez mais competitivo.

No plano internacional, a tendência de migrar parte dos investimentos para fora do Brasil ganhou força em 2026, impulsionada por famílias com perfil global e pela necessidade de diversificação diante de desafios fiscais e volatilidade local. Mesmo com a Bolsa brasileira alcançando níveis elevados, o desempenho histórico ajustado pela inflação e o apetite por mercados privados mais dinâmicos têm levado gestores a ampliar a oferta de ativos globais e estruturados, fortalecendo a integração de carteiras com soluções estrangeiras.

Entenda as mudanças

A tecnologia emerge como um vetor transformador para o setor. Ferramentas que utilizam inteligência artificial (IA) e big data não apenas agilizam a produção de relatórios e análises, mas também permitem uma leitura mais profunda de riscos, oportunidades e comportamentos de mercado. A adoção de IA é apontada por especialistas como crítica para ganhar escala e eficiência, sem perder o contato humano que clientes de alta renda ainda valorizam, gerando, portanto, um equilíbrio entre automação e consultoria personalizada.

Outra tendência marcante é a consolidação de empresas no wealth management, fenômeno que no Brasil reflete a concorrência com grandes grupos globais e a necessidade de escala frente a custos e inovação. Aquisições e fusões não apenas ampliam a oferta de serviços, como também agregam expertise e tecnologia, posicionando essas instituições para competir de maneira mais eficaz tanto em mercados locais quanto internacionais.

Em síntese, a gestão de patrimônio em 2026 caminha para um modelo mais holístico, transparente e tecnicamente sofisticado, no qual wealth managers passam a ser verdadeiros arquitetos de soluções financeiras complexas. A combinação de tecnologia avançada com serviço humanizado, maior clareza regulatória e integração global de investimentos promete redefinir como grandes fortunas são preservadas e multiplicadas no ambiente instável e competitivo do mercado financeiro atual.



PEXELS

LEGADO

Consórcio MEZ-RZK vence leilão para novo centro administrativo

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

O consórcio MEZ-RZK Novo Centro venceu, na manhã de ontem, o leilão de concessão para a construção e operação do novo centro administrativo do governo de São Paulo. O certame foi realizado na sede da B3, no centro da capital paulista, com a presença do governador Tarcísio de Freitas e do prefeito Ricardo Nunes.

Formado pelas empresas Zetta Infraestrutura, M4 Investimentos, Engemat, RZK Empreendimentos Imobiliários e Iron Property, o grupo ofereceu um desconto de 9,62% sobre a contraprestação pública mensal máxima, fixada em R\$ 76,6 milhões. O consórcio derrotou a proposta do grupo Acciona-Construcap, que ofertou 5% de desconto.

Durante o evento, o governador Tarcísio de Freitas classificou o projeto como um "legado" para a capital. "Tínhamos uma meta de contratar R\$ 220 bilhões de investimentos em quatro anos. Mas com os leilões de hoje e de amanhã (do sistema rodoviário da Rota Mogiana), a gente vai bater R\$ 394 bilhões em investimentos, que vão se traduzir em obras, empregos e prosperidade", completou.

Segundo o governador, a centralização das estruturas do estado em um único endereço, na região dos Campos Elíseos, trará eficiência administrativa e economia de tempo de deslocamento para 22 mil servidores. "É um passo para a reabilitação do centro. Para nós, do ponto de

vista financeiro, vale muito a pena porque vamos ganhar produtividade. Poderemos fazer investimentos com os imóveis que temos hoje espalhados pela cidade e que não nos atendem mais", afirmou o governador.

PROTESTOS

O leilão ocorreu sob forte esmaceamento de segurança. A Polícia Militar fez bloqueios nas ruas próximas à B3, impedindo a circulação normal de pedestres no centro histórico. De acordo com a PM, a atuação visou "evitar tumultos e preservar a ordem pública" devido a manifestações no Largo do Café.

Do lado de fora, movimentos como a Frente de Luta por Moradia (FLM) e a União dos Movimentos de Moradia (UMM) protestaram contra o projeto. Os manifestantes alegam que a obra provocará desapropriações compulsórias, remoção de famílias e valorização artificial de imóveis (gentrificação), prejudicando residentes de baixa renda.

Ao final do evento, uma moradora da região dos Campos Elíseos conseguiu acessar o prédio da B3 e questionou o governador sobre a falta de diálogo com a comunidade. "Sou uma das 800 moradoras que não foram ouvidas.

O senhor diz que vai trazer vida para o centro, mas está expulsando pessoas que já moram, são proprietários e comerciantes", criticou a jornalista Jennifer Mendonça, residente no bairro há 29 anos, desde que nasceu.

EUA

Refugiado cego morre após ser abandonado por agentes

GEOVANNA HORA/AE

Um refugiado de Myanmar com deficiência visual foi encontrado morto em Buffalo, no Estado de Nova York (EUA), na noite de terça-feira passada, após ter sido abandonado por agentes de imigração a quase oito quilômetros de sua casa.

Segundo o *The Guardian*, Nurul Amin Shah Alam, de 56 anos, estava desaparecido desde a noite de 19 de fevereiro. Horas antes do desaparecimento, ele havia sido liberado Centro de Detenção do Condado de Erie e levado por agentes da Pa-

trulha da Fronteira, agência subordinada à Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos (CBP, na sigla em inglês), a uma unidade da cafeteria Tim Hortons, no bairro Black Rock.

O estabelecimento fica a quase oito quilômetros da casa de Alam, que morava no bairro Broadway-Fillmore.

"Estou devastado e muito frustrado", disse Imran Fazel, um defensor dos refugiados rohingya que conhece a família ao site *Investigative Post*.

"Nunca imaginamos que alguém passaria por algo assim desde que chegou aos Es-

GENEIRA

EUA e Irã encerram rodada de negociações sobre usinas nucleares

PEDRO LIMA/AE

As delegações do Irã e dos Estados Unidos encerraram ontem, mais uma rodada de negociações indiretas em Genebra sobre o programa nuclear de Teerã, em meio ao reforço da presença militar americana no Oriente Médio. A TV estatal iraniana exibiu imagens do comboio americano deixando o local das conversas, após horas de reuniões mediadas por Omã.

"Encerramos o dia após um progresso significativo na nego-

ciação entre os Estados Unidos e o Irã", afirmou o ministro das Relações Exteriores de Omã, Badr Albusaidi, no X, indicando que os diálogos serão retomados "em breve, após consultas nas respectivas capitais". Segundo ele, discussões técnicas ocorrerão na próxima semana, em Viena, com agradecimentos aos negociadores, à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e ao governo suíço. O diretor da AIEA, Rafael Grossi, participou das conversas como observador.

Apesar do tom construtivo,

tados Unidos. Isso não me faz sentir seguro em um país como este."

Segundo o *The Guardian*, um porta-voz da prefeitura disse ao Investigative Post que a divisão de homicídios investiga as circunstâncias e a cronologia do caso.

Shah Alam passou um ano detido sob acusações de agressão, invasão de propriedade e porte de arma. A prisão ocorreu após um incidente em que ele se perdeu durante uma caminhada e acabou na varanda da casa de uma mulher. Ele estava usando um varão de cortina como bengala, segundo informou

seu advogado à imprensa americana. Na ocasião, Shah Alam não teria obedecido às ordens para soltar o varão da cortina e foi imobilizado e agredido pelos policiais.

Shah Alam foi libertado sob fiança, após ter aceitado um acordo judicial com o Ministério Público do Condado de Erie. A confissão de culpa de Shah Alam pelas acusações de invasão de propriedade e porte de arma - um varão de cortina que ele usava como bengala - permitiu que ele se livrasse da ordem de detenção e evitasse a prisão pelo ICE ou outra agência de imigração.

relatos da imprensa apontam entraves. Segundo a *Axios*, assessores do presidente Donald Trump e dos enviados Steve Witkoff e Jared Kushner teriam ficado desapontados com o que ouviram do ministro das Relações Exteriores iraniano, Seyed Abbas Araghchi, nas conversas da manhã. Já o *Wall Street Journal* informou que Washington exige o desmantelamento dos complexos de Fordow, Natanz e Isfahan, a entrega de todo o estoque de urânio enriquecido e um acordo permanente.

Do lado iraniano, conforme a *Al Jazeera*, a proposta apresentada descarta o fim definitivo do enriquecimento e a desmontagem das instalações, admitindo apenas uma suspensão temporária e limitada. Teerã também rejeita incluir seu programa de mísseis nas tratativas.

O avanço das negociações ainda ocorre sob a sombra de novas ameaças de escalada militar na região, enquanto Washington reforça sua presença militar no Oriente Médio com aviões e navios de guerra.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 103ª (CENTÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRA ("Titulares dos CRA") da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 103ª (centésima terceira) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula 14 e seguintes do "Termo de Securitização da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries da 103ª (centésima terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais devidas pela Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda.", celebrado em 19 de junho de 2024, conforme aditado em 2 de abril de 2025 ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 19 de março de 2026, às 15 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado [link](#) para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1.1, item (g) do "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Duas Séries, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda.", celebrado em 19 de junho de 2024, conforme aditado em 2 de abril de 2025, 13 de junho de 2025, 28 de agosto de 2025 e 28 de agosto de 2025. ("Termo de Emissão"), em razão do inadimplemento consistente no pagamento da parcela da Remuneração, originalmente prevista para o dia 20 de fevereiro de 2026, conforme estabelecido no Anexo I – Caso aprovado o item 1º acima e considerando o aporte, pela Devedora, da integralidade dos recursos necessários à liquidação da PMT Inadimplida, acrescidos dos Encargos Moratórios calculados desde a data do inadimplemento até a data do respectivo recebimento na Conta Centralizada, aprovar a liquidação da PMT Inadimplida, em até 3 (três) dias úteis contados da respectiva deliberação, via B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; Em caso de não cumprimento do pagamento da PMT Inadimplida no prazo ora estabelecido, restará novamente caracterizado, os efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1.1, item (g) do Termo de Emissão; (iii) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1.1, item (g) do Termo de Emissão; (iv) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1.1, item (g) do Termo de Emissão, em razão do inadimplemento, por parte da Devedora, da obrigação de recomposição do Fundo de Reserva até o Valor Mínimo do Fundo de Reserva, conforme disposto na Cláusula 18.2. do Termo de Emissão e Cláusula 9.1.2. do Termo de Securitização; (v) Caso aprovado o item (iii) acima, a Devedora deverá aportar o valor referente à recomposição do Fundo de Reserva em até 30 (trinta) dias contados da formalização da Assembleia, a fim de regularizar a obrigação. Em caso de não cumprimento da obrigação de recomposição do Fundo de Reserva até o Valor Mínimo do Fundo de Reserva no prazo ora estabelecido, restará novamente caracterizado, os efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, conforme disposto na Cláusula 6.1.2. do Termo de Emissão e Cláusula 9.1.2. do Termo de Securitização; (v) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.1.2, item (e), do Termo de Emissão, em razão da verificação, pela Securitizadora, da existência de protestos em nome da Devedora, com data superior a 30 (trinta) dias e cujo valor consolidado ultrapassa o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), condicionado ao cumprimento do disposto no item (vi) abaixo; (vi) Caso aprovado o item (v) acima, conceder prazo adicional de 30 (trinta) dias, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora tome as medidas necessárias para exclusão dos protestos que estejam em desacordo com a Cláusula 8.1.2, item (e), do Termo de Emissão; (vii) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.1.2, item (f), do Termo de Emissão, condicionado ao cumprimento do disposto no item (viii) abaixo, em razão da verificação, pela Securitizadora, da existência de processos judiciais relevantes em trâmite contra a Devedora, dentre os quais se destacam: (i) Processo nº 0004675-86.2025.8.16.0170; (ii) Processo nº 1008158-48.2025.8.26.0229; e (iii) Processo nº 1099551-53.2025.8.26.0100. (viii) Caso aprovado o item (vii) acima, conceder prazo adicional de 30 (trinta) dias, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora encaminhe os devidos esclarecimentos acerca da existência de processos judiciais relevantes em trâmite contra a Devedora, para que a Devedora apresente as respectivas demonstrações financeiras auditadas; (viii) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, previsto na Cláusula 8.1.2, item (a), do Termo de Emissão, em razão do descumprimento, pela Devedora, da obrigação não pecuniária de entregar à Securitizadora o relatório trimestral não auditado, contendo suas informações financeiras, referente ao período encerrado em 30 de junho de 2024 e aos períodos subsequentes, conforme disposto na Cláusula 9.1, item (h), do referido instrumento), condicionado ao cumprimento do disposto no item (x) abaixo; (x) Caso aprovado o item (ix) acima, conceder prazo adicional de 30 (trinta) dias, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora encaminhe os respectivos relatórios trimestrais; (xi) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, item (a) do Termo de Emissão, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de envio pela Devedora, à Securitizadora, das respectivas demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, cujo prazo findou em 30 de abril de 2025, conforme exposto na Cláusula 9.1., item (t), alínea (f) do mesmo instrumento, condicionado ao cumprimento do disposto no item (xii) abaixo. Fica consignado, ainda, que o cálculo do Índice Financeiro, apurado pela Devedora, somente será verificado e validado pela Securitizadora após o recebimento e análise das referidas demonstrações financeiras auditadas; (xii) Caso aprovado o item (xi) acima, conceder prazo adicional 30 (trinta) dias, contados da formalização da Assembleia, para que a Devedora apresente as respectivas demonstrações financeiras auditadas; (xiii) Aprovar a não decretação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, item (a), do Termo de Emissão, em razão do descumprimento, pela Devedora, da obrigação não pecuniária de entregar à Securitizadora o relatório trimestral não auditado, contendo suas informações financeiras, referente ao período encerrado em 30 de junho de 2024 e aos períodos subsequentes, conforme disposto na Cláusula 9.1, item (h), do referido instrumento), condicionado ao cumprimento do disposto no item (xiv) abaixo, em razão do descumprimento, pela Devedora, de obrigações não pecuniárias assumidas no âmbito do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Estoques em Garantia, Sob Condição Resolutiva, e Outras Avenças" ("Alienação Fiduciária de Estoques") e do "Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), consistentes, em especial, em: (a) não decretação, na data da formalização da Alienação Fiduciária de Estoques, do valor mínimo de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais) em bens móveis a título de estoque em garantia; (b) não cessão, até 31 de agosto de 2025, de novos direitos creditórios elegíveis que atendessem integralmente aos critérios de elegibilidade previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais); (c) não cessão, até 30 de setembro de 2025, de novos direitos creditórios elegíveis no valor de R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais); e (d) não cessão, até 31 de outubro de 2025, de novos direitos creditórios elegíveis no valor de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais). As obrigações acima encontram fundamento, nas Cláusulas 2.1.1, itens (i) a (iv), e 2.2 da Alienação Fiduciária de Estoques, bem como nas Cláusulas 4.1.6.2, itens (i) a (iv), e 4.1.6.3 do Termo de Emissão; (xiv) Caso aprovado o item (xiii) acima, a Devedora deverá apresentar os novos direitos creditórios que atendem integralmente aos critérios de elegibilidade previstos no Termo de Emissão e os bens móveis a título de estoque em garantia que atendam as condições previstas na Alienação Fiduciária de Estoques, para constituição das respectivas garantias, em até 30 (trinta) dias contados da formalização da Assembleia, a fim de regularizar a obrigação; (xv) Autorizar a Securitizadora em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticar todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Especial serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial de Titulares dos CRA, em primeira convocação, com, no mínimo, a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Titulares de CRA, conforme item 14.3.4 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretendem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (iii) quando for representado por procurador, procuração de voto sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizadora, para o e-mail juridico@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@liveiastrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes.

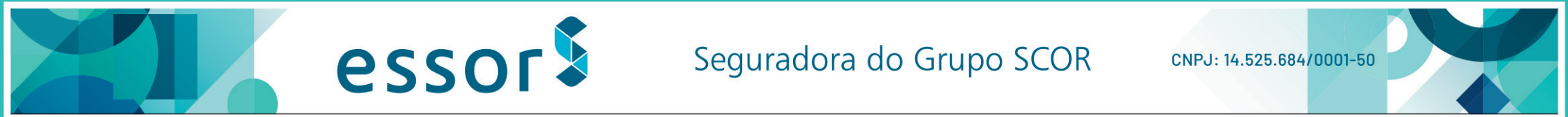


SOLIDEZ FINANCEIRA QUE SUSTENTA SOLUÇÕES DE VALOR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025



essor.com.br
in /company/essor-seguros
@ /essorseguros
f /essorseguros



Senhores Acionistas, Em atendimento às disposições regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

A Seguradora
No Brasil desde 2011, iniciou suas operações no mercado local ao longo de 2012, sendo especializada em produtos diferenciados e inovadores. Capaz de prover efetivo valor aos seus clientes e parceiros, atualmente a Seguradora comercializa 36 seguros distintos ao mercado.

Oriunda de uma parceria ("joint-venture") entre duas sociedades do mercado segurador europeu, completou em 2025, quatorze anos de existência no Brasil, buscando a soma de suas experiências globais e empresariais com um mercado em vasta expansão. Em 2 de janeiro de 2018, foi aprovada por meio da Portaria SUSEP nº 7045 a transferência do controle acionário indireto e da ingerência efetiva nos negócios da Seguradora para Scor Global P&C SE, sociedade existente e organizada de acordo com as leis da República Francesa, sendo esta a única acionista desde então. Em 31 de março de 2019, houve a sucessão da Scor Global P&C SE pela Scor SE, sociedade existente e organizada de acordo com as leis da República Francesa. Com sede no Rio de Janeiro e sucursal em São Paulo e em Porto Alegre, a ESSOR, foi desenvolvida para ser uma Seguradora com atuação nacional e investimentos focados no mercado brasileiro.

Resultado do exercício
Durante o exercício de 2025, a Seguradora registrou leve retração de 5% no volume de prêmios emitidos em comparação ao exercício anterior, totalizando R\$ 1,3 bilhão.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Ativo			
Circulante	1.716.514	1.677.355	
Disponível	22.021	30.188	
Caixa e bancos (Nota 6)	22.021	30.188	
Aplicações (Notas 6 e 7)	401.383	314.323	
Créditos das operações com seguros e resseguros	599.074	633.102	
Prêmios a receber (Nota 8)	532.764	476.201	
Operações com seguradoras	4.079	2.454	
Operações com resseguradoras (Nota 9)	62.231	154.364	
Outros créditos operacionais	-	83	
Ativos de resseguro (Nota 10)	536.803	539.519	
Títulos e créditos a receber (Nota 11)	16.502	16.230	
Outros valores e bens (Nota 13)	14.067	15.795	
Despesas antecipadas	139	169	
Custos de aquisição diferidos (Nota 12)	126.525	128.029	
Seguros	126.525	128.029	
Não circulante	377.738	336.293	
Realizável a longo prazo	367.165	330.108	
Aplicações (Notas 6 e 7)	214.589	286.435	
Créditos das operações com seguros e resseguros	10.535	4.839	
Prêmios a receber (Nota 8)	10.258	1.143	
Operações com resseguradoras (Nota 9)	277	3.696	
Ativos de resseguro (Nota 10)	90.777	2.609	
Títulos e créditos a receber (Nota 11)	27.384	23.490	
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	12.075	11.552	
Depósitos judiciais (Nota 11)	15.309	11.938	
Outros valores e bens (Nota 14)	7.041	2.962	
Custos de aquisição diferidos (Nota 12)	16.839	9.773	
Seguros	16.839	9.773	
Imobilizado	5.179	4.817	
Bens móveis	2.565	3.644	
Outras imobilizações	2.614	1.173	
Intangível	5.394	1.368	
Outros intangíveis	5.394	1.368	
Total do ativo	2.094.252	2.013.648	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)						
	Reservas de Lucro					
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2023	66.841	20.525	9.510	104.371	904	-
Ganho ou Perda não realizada, líquida sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(11.097)	-
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(43.651)	-	-
Aumento de capital	20.525	(20.525)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	62.394
Constituição da reserva legal	-	-	3.120	-	-	(3.120)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 22.iv)	-	-	-	-	-	(2.966)
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	56.308	-	(56.308)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	87.366	-	12.630	117.028	(10.193)	-
Ganho ou Perda não realizada, líquida sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	8.926	-
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(48.035)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.368
Constituição da reserva legal	-	-	2.118	-	-	(2.118)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 22.iv)	-	-	-	-	-	(2.013)
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	38.237	-	(38.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	87.366	-	14.748	107.230	(1.267)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional
A Essor Seguros S.A. ("Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado controlada indireta da Scor SE (sociedade constituída sob as leis da França), com sede na Rua Visconde de Inhaúma, 83-18º andar-Centro-Rio de Janeiro-RJ.

A Seguradora tem por objeto social a operação em seguros de danos e pessoas, podendo aceitar riscos em retrocessão e deter participação em outras sociedades. Os principais ramos de atuação da seguradora são: Transporte Nacional e Internacional, RC do Transportador Rodoviário de Passageiros, RC Geral, Acidentes Pessoais Passageiros, Aeronáutico, Compreensivo Empresarial/Residencial e Seguro Agrícola. A Seguradora foi autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP por meio da Portaria nº 4.622, de 25 de maio de 2012 e deu início às suas operações de seguros em dezembro de 2012, podendo atuar em todas as unidades da federação.

A Seguradora mantém com resseguradoras contratos de excesso de danos para cobertura do excedente de retenção das operações de seguros, contratos esses com vigência anual e pagamentos trimestrais e semestrais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras
As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas a seguir. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações financeiras sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis na avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade e na avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

A Administração declara que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações subsequentes, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1).

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Seguradora em 24 de fevereiro de 2026.

2.2. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico como base de valor, modificada pela avaliação de ativos financeiros na categoria avaliados ao valor justo por meio do resultado e dos títulos disponíveis para venda avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do ambiente primário no qual a Seguradora atua. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis
As principais práticas contábeis adotadas são:

3.1. Caixa e equivalente de caixa (disponível)
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Ativos financeiros
(i) Classificação
A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de ou-

tros resultados abrangentes, mensurado subsequentemente a custo amortizado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante independente da data de vencimento.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados como mensurados a valor justo por meio de resultado ou como ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(v) Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os prazos de vencimento. Os ganhos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A Seguradora avalia, regularmente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*) no entanto, por se tratar de títulos soberanos, não foi identificado nenhum risco no período.

(vi) Impairment de ativos financeiros
A Seguradora avalia trimestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou

Política de reinvestimentos e de distribuição de dividendos
Os acionistas da Seguradora, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, 5% do lucro ajustado na forma prevista no artigo nº 202 da Lei 6.404/76. O lucro líquido após as deduções legais será destinado a Reserva Estatutária visando a manutenção de margem operacional compatível ao desenvolvimento das operações ativas da Seguradora.

Perspectivas
O Grupo SCOR enxerga o mercado brasileiro como um dos mercados emergentes, com potencial para gerar negócios significativos nos próximos anos. A estratégia da Companhia é de manter prudente política de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, foco na solvência, lucratividade, inovação e nas boas práticas de mercado que caracterizam o Grupo em sua atividade global.

Outras informações-Honorários de auditores independentes
Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da Scor SE (França).

Agradecimentos
Registramos nossos agradecimentos aos corretores de seguros, parceiros comerciais e operacionais, assim como as resseguradoras, pela confiança e parceria criada, e aos nossos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer a Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e as demais autoridades deste segmento, pelo apoio e orientações.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026.

A Diretoria

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos	1.315.860	1.428.278
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	10.736	(94.802)
(=) Prêmios ganhos (Nota 23.i)	1.326.596	1.333.476
(-) Sinistros ocorridos (Nota 23.ii)	(753.606)	(733.972)
(-) Custo de aquisição (Nota 23.iii)	(289.545)	(264.290)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais (Nota 23.iv)	(14.301)	(18.701)
Resultado com resseguro (Nota 23.v)	(148.523)	(160.617)
(+) Receita com resseguro	416.459	483.212
(-) Despesa com resseguro	(565.731)	(643.709)
(+/-) Outros resultados com resseguros	749	(120)
(-) Despesas administrativas (Nota 23.vi)	(91.700)	(75.287)
(-) Despesas com tributos (Nota 23.vii)	(29.706)	(35.056)
(+) Resultado financeiro (Nota 23.viii)	68.680	55.762
(=) Resultado operacional	67.895	101.315
(+/-) Ganhos ou Perdas com Ativos não correntes	(5)	(214)
(=) Resultado antes dos impostos	67.890	101.101
(-) Imposto de renda (Nota 16)	(15.786)	(23.774)
(-) Contribuição social (Nota 16)	(9.736)	(14.933)
Lucro líquido do exercício	42.368	62.394
Quantidade de ações no final do exercício	62.983.894	62.983.894
Lucro líquido em reais por ação	0,673	0,991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	42.368	62.394
Outros resultados abrangentes		
Ganho (Perda) não realizado(a) sobre ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	14.876	(18.495)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(5.950)	7.398
Total do resultado abrangente do exercício	51.294	51.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	42.368	62.394
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	2.665	3.914
Perda por redução do valor recuperável dos ativos	4.037	4.366
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(649)	(119)
Constituição (reversão) de provisão técnicas Seguros	(36.784)	125.559
Constituição (reversão) de provisão técnicas Resseguros	12.469	(16.125)
Juros incorridos sobre passivo de arrendamento	273	119
(+/-) Correção monetária s/ provisões técnicas	1.033	799
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(338)	50.456
Crédito das operações de seguros e resseguros	24.295	(151.295)
Ativos de resseguro e retrocessão-provisões técnicas	(93.711)	153.616
Créditos fiscais e previdenciários	(6.473)	(1.771)
Depósitos judiciais e fiscais	(3.371)	(1.178)
Outros ativos	24.379	19.334
Impostos e contribuições	(8.683)	592
Outras contas a pagar	8.551	14.972
Débitos de operações com seguros e resseguros	(66.034)	(50.570)
Depósitos de terceiros	(22.792)	22.582
Provisões técnicas – seguros	198.021	(126.069)
Caixa gerado nas atividades operacionais	79.256	111.576
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.390)	(30.516)
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades operacionais	50.866	81.060
Atividades de Investimento		
Pagamento pela compra de Imobilizado	(3.802)	-
Pagamento pela compra de Intangível	(1.832)	-
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades de investimento	(5.634)	-
Atividades de financiamento		
Pagamento de principal de passivos de Arrendamento	(2.399)	(2.548)
Pagamento de dividendos	(51.000)	(73.585)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(53.399)	(76.133)
Aumento / (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(8.167)	4.927
Caixa no início do período	30.188	25.261
Caixa no final do período	22.021	30.188
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(8.167)	4.927

mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados pela Seguradora para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal. • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico desenvolvido pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Seguradora aplicados a percentuais estipulados para todos os ramos que opera com exceção do ramo rural (1101 e 1111), onde a provisão é realizada com base na Circular 648/2021 estão provisionados os prêmios vencidos há mais de 60 dias. Para os créditos a receber com resseguradores, considera-se um prazo superior a 365 dias, contados a partir do envio das contas técnicas. A maior parte dos contratos prevê contas técnicas trimestrais, o que é uma prática comum no mercado ressegurador. Essa periodicidade possibilita que o ressegurador tenha conhecimento do saldo em aberto após aproximadamente 120 dias, considerando o prazo de envio das contas de 30 dias, contados a partir do último mês do trimestre apurado.

3.3. Ativos e Passivos de resseguro-Provisões técnicas
Um dos objetivos do resseguro é otimizar a necessidade de capital de risco a partir da cessão de parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas, minimizando, assim, o risco de uma eventual perda potencial por meio da pulverização destes. Os passivos de seguros relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações com os segurados. Os valores a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios acordados entre as partes sendo deduzido da quantia paga pelos resseguradores um percentual referente à compensação de despesas originais com a comercialização do seguro direto.

Os ativos de resseguro representam os valores a receber das contrapartes (resseguradores) e são calculados considerando os seus respectivos contratos de resseguro podendo ser do tipo automático proporcional, não proporcional ou facultativo. Esses ativos são devidamente associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os ativos relacionados a resseguros são atualizados e submetidos a teste de *impairment* no mínimo a cada data-base, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indicio de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados.

3.4.Arrendamentos

(i) Definição de arrendamento
A Seguradora determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Seguradora agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2). Na transição para o CPC 06(R2), a Seguradora escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arren-



damentos. A Seguradora aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2), portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.

(ii) **Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)**

A Seguradora classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Seguradora aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Seguradora testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável

	Saldo em 31/12/2024	Novos contratos s/reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Saldo em 31/12/2025	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Veículos	678	1.728	(38)	(579)	1.789	1.987	(198)	1.789
Imóveis	2.284	4.691	83	(1.806)	5.252	11.351	(6.099)	5.252
Total	2.962	6.419	45	(2.385)	7.041	13.338	(6.297)	7.041
	Saldo em 31/12/2023	Novos contratos /reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Saldo em 31/12/2024	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Veículos	696	576	-	(594)	678	2.265	(1.587)	678
Imóveis	3.266	371	-	(1.353)	2.284	6.769	(4.485)	2.284
Total	3.962	947	-	(1.947)	2.962	9.034	(6.072)	2.962

(b) **Passivo de arrendamento (débitos diversos)**

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arren- damento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31/12/2023	4.587	(119)	4.468
Apropriação de juros transcorridos	119	-	119
Constituições/reavaliações de contratos	1.858	(362)	1.496
Pagamentos	(2.548)	-	(2.548)
Saldos em 31/12/2024	4.016	(481)	3.535
Apropriação de juros transcorridos	273	(1.882)	(1.609)
Constituições/reavaliações de contratos	8.353	-	8.353
Pagamentos	(2.399)	-	(2.399)
Outras/Baixas	(39)	-	(39)
Saldos em 31/12/2025	10.204	(2.363)	7.841
Circulante	2.797	(503)	2.294
Não circulante	7.407	(1.860)	5.547

3.5. Imobilizado

3.5.1. Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio corresponde a equipamentos e móveis e utensílios, utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

Ativo Imobilizado	% Depreciação	
	31/12/2025	31/12/2024
Informática	20%	20%
Móveis, máquina e utensílios	10%	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros		Prazo do contrato

3.6. Intangível

Os gastos diretamente associáveis a softwares identificáveis, controlados pela Seguradora e que gerarão benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou manutenção de softwares são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos.

3.7. Contratos de seguro

O contrato de seguro é um contrato segundo o qual uma parte (a seguradora) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o segurado), aceitando indenizar o segurado no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado), afetar adversamente o segurado. Os contratos dos produtos comercializados pela Seguradora na presente data são classificados como contrato de seguro, de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 11, aprovado pela SUSEP, estando, desta forma, sujeitos a teste de adequação dos passivos como determina este mesmo pronunciamento.

3.8. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas de todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu, sendo apropriadas ao resultado conforme a vigência decorrida. O prazo médio de diferimento é de 12 meses em linha com a composição predominante dos negócios da Seguradora que tem vigência anual.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos, a contribuição social foi constituída à alíquota de 15%.

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e resultado e seus valores contábeis, bem como, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

3.10. Provisões técnicas-seguros

As legislações vigentes que instituem procedimentos para a constituição das provi-
sões técnicas das sociedades seguradoras são a Resolução CNSP nº 432/2021, em vigor desde 12 de novembro de 2021 e suas alterações, e a Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. Face ao atual estágio de operações da Seguradora e as recentes alterações nos normativos supracitados, são utilizadas metodologias próprias com base nos dados internos da Seguradora ou nos dados históricos do mercado, que podem ser observados no Sistema de Estatísticas da SUSEP (SES). As metodologias mencionadas estão detalhadas em notas técnicas atuariais e serão resumidas abaixo:

(i) **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)**

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério pro rata dia para todos os ramos de seguros.

(ii) **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)**

A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) sobre operações de seguro direto é constituída conforme definido na Nota Técnica Atuaria. A metodologia de cálculo para estimativa desta provisão é baseada em critérios específicos para cada produto. Utilizam-se os métodos de *Chain Ladder*, bem como um mix de métodos em três etapas: *Chain Ladder* (CL), método *Bornhuetter Ferguson* (BF) e cálculo de sinistros totais com base na sinistralidade esperada (target loss ratio). Adicionalmente, aplica-se um fator de target loss ratio sobre o prêmio ganho e reduz-se o valor do saldo de sinistro avisado no mês de referência. Dados históricos do mercado segurador, extraídos do Sistema de Estatísticas da SUSEP (SES), são utilizados para obtenção de fatores que são aplicados nos montantes de prêmio ou sinistro observados em 12 meses na Seguradora.

(iii) **Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)**

A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada em consonância com as definições apresentadas em Nota Técnica Atuaria. São utilizados critérios específicos para cada ramo, entre eles triângulo de desenvolvimento, e relatório de acompanhamento de emissões das propostas cadastradas no sistema da Seguradora.

(iv) **Provisão de Sinistros a Liquidar administrativo e judicial (PSL) e Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)**

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade assumida pela Seguradora. O cálculo da PSL judicial leva em consideração a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo de seguro envolvido, sempre que aplicável. A partir de maio de 2017 a Seguradora, com base em dados históricos, passou a registrar um percentual dos valores de risco das causas, levando em consideração a estimativa de perda e os valores inicialmente estimados em comparação aos valores efetivamente liquidados para cada processo. Anualmente a Seguradora reavalia se os percentuais aplicados de acordo com a classificação de risco continuam válidos. Em caso negativo, os percentuais são ajustados.

Para o cálculo do IBNR, calcula-se a diferença entre a estimativa global de sinistros ocorridos e não avisados e a estimativa de sinistros não suficientemente avisados, isto é, IBNR Total-IBNeR.

3.11. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

3.12. Provisão de Excedentes Técnicos (PET)

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em contrato.

3.13. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui o seguinte:

- Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão do risco, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.
- As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros e correspondem, substancialmente, às receitas de juros sobre as aplicações financeiras. Inclui também as variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Os impostos são apurados em base de competências, de acordo com as normas tributárias aplicáveis.

na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Seguradora utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Seguradora a partir de 1º de janeiro 2021.

Abaixo apresentamos as novas informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma:

(a) **Ativo de direito de uso (outros valores e bens)**

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Seguradora em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente:

	Saldo em 31/12/2024	Novos contratos s/reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Saldo em 31/12/2025	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Veículos	678	1.728	(38)	(579)	1.789	1.987	(198)	1.789
Imóveis	2.284	4.691	83	(1.806)	5.252	11.351	(6.099)	5.252
Total	2.962	6.419	45	(2.385)	7.041	13.338	(6.297)	7.041
	Saldo em 31/12/2023	Novos contratos /reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Saldo em 31/12/2024	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Veículos	696	576	-	(594)	678	2.265	(1.587)	678
Imóveis	3.266	371	-	(1.353)	2.284	6.769	(4.485)	2.284
Total	3.962	947	-	(1.947)	2.962	9.034	(6.072)	2.962

3.14. Principais normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

O CPC 50 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023, mas com sua aprovação pendente por parte da SUSEP. Portanto, não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(i) **Avaliação de passivos de contratos de seguros**

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC 11-Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de seguros dos ramos em que a Seguradora atua são: Provisão de Prêmios não Ganhos-PPNG, Provisão de Prêmios não Ganhos para Riscos Vigentes mas não Emitidos-PPNG-RVNE, Provisão de Sinistros a Liquidar-PSL, Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados-IBNR, Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNER, Provisão de Despesas Relacionadas - PDR e Provisão de Excedentes Técnicos-PET.

As provisões técnicas da Seguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado segurador brasileiro, estando em conformidade com todos os requisitos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP. O comportamento da carteira de seguros da Seguradora é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

(ii) **Provisão para recuperação de ativos de seguros e resseguros**

Essas provisões são registradas de acordo com estudo próprio, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros e resseguros, levando em consideração eventuais recebimentos subsequentes até a data de emissão da demonstração financeira.

(iii) **Provisões para contingências**

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis, fiscais e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

(iv) **Teste de adequação do passivo**

Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas data-base de junho e dezembro de cada ano. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil de todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para esse teste, a Seguradora elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas, sendo brutas de resseguro. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme grupamentos de ramos estabelecidos na circular SUSEP nº 682/2022 e suas alterações, e os fluxos de caixa foram descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETIJ) livre de risco definidas pela Anbima (Cupom Pré-Fixado). Para o teste foram consideradas as seguintes projeções de sinistralidades:

Ramo	Produto	Sinistralidade Projetada (%)
0520 / 0623 / 0628	Seguro Ônibus	53,54%
0531	Seguro Automóvel-Casco	16,87%
0141 / 0118 / 0351	Seguro Compreensivo-Riscos Especiais	50,50%
0171	Seguro de Qualidade Estrutural	0,00%
	Seguros Penhor Rural, Benfeitorias e Equipamentos	60,90%
0351 / 1162 / 1130 / 0171	Seguro Habitacional - DFI	0,00%
1065	Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	72,48%
1101 / 1111	Seguro Náutico	52,51%
1433	Seguro Aeronáutico	49,28%
1528 / 1535 / 1537 / 1597	Seguro Residencial	6,71%
0114	Seguro Riscos Diversos - Bicicleta (Bike)	43,19%
0171 / 0351 / 0622 / 1381	Seguro Painéis Fotovoltaicos	54,20%
0171	Seguro Garantia	51,07%
0775 / 0776	Seguro Riscos de Engenharia	44,14%
0167		
0621 / 0622 / 0632 / 0638		
/ 0652 / 0654 / 0655 / 0656 / 0659	Seguro Cargo Marine	55,73%
0531 / 0553 / 0520	Seguro Caminhões	93,31%
	Seguro Eventos e Produções	
0171 / 0351 / 0982 / 0993	Audiovisuais	20,67%
0171 / 0621	Seguro Obras de Arte	2,33%
0196	Power	0,00%
0310 / 0378	Seguro RC Profissional	48,24%

Através da comparação do valor constituído para arcar com os compromissos futuros dos contratos de seguro (*net carrying amount*) e das estimativas correntes de fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro, verificamos que as provisões estão adequadas e que nenhuma provisão complementar se fez necessária.

5. Estrutura de Gestão de Riscos

A Estrutura de Gestão de Riscos da Seguradora possibilita a identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento de seus principais riscos. O Gestor de Riscos da Seguradora é responsável por supervisionar continuamente essa estrutura, cabendo à Diretoria e ao Conselho de Administração zelar pela sua adequação. A eficiente gestão de riscos permite à Seguradora alcançar seus objetivos ao reduzir a probabilidade de ocorrência destes riscos e maximizar oportunidades.

A Estrutura de Gestão de Riscos está alinhada ao Sistema de Controles Internos da Seguradora, garantindo o adequado tratamento e monitoramento dos riscos que podem afetar suas operações, incluindo mecanismos para prevenção à fraudes e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. A área de Gestão de Riscos realiza revisões periódicas dos processos e seus controles-chave, enquanto a área de Compliance monitora o cumprimento das normas e procedimentos vigentes. Suas recomendações são implementadas pelas diversas áreas da Seguradora, incluindo a adequação a novas normas e exigências legais.

A Seguradora conta com um Sistema Integrado de Gestão (*Enterprise Resource Planning-ERP*) para apoiar o gerenciamento dos riscos a que está sujeita. O sistema ERP é uma plataforma de software especializada na automação de processos de seguros, com forte investimento em pesquisa e desenvolvimento de produtos. Ele permite a integração dos diversos processos da Seguradora, garante a integridade e segurança dos dados armazenados, possibilita a automação de atividades e otimiza o fluxo de informações, dentre outras facilidades. Atualmente, o sistema atende a todos os ramos em que a Seguradora atua e é de grande importância, pois permite o monitoramento eficaz de seus processos e maior rapidez na tomada de decisões.

5.1. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco da contraparte.

O gerenciamento de risco de crédito nas operações da Seguradora inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

(i) **Exposições ao risco de crédito**

Os ativos e os contratos de resseguro, nas tabelas abaixo, foram analisados em 2024 utilizando o rating da Standard & Poor's (S&P), ou equivalente quando o da S&P não estava disponível. A partir de 2025, a Companhia passou a adotar prioritariamente as classificações atribuídas pela Fitch Ratings para avaliação da qualidade de crédito das contrapartes, utilizando ratings de outras agências apenas quando o rating Fitch não estiver disponível. Os valores são expressos em moeda local.

(a) Ativos financeiros	Composição de carteira por classe e por categoria contábil	BB	brAAA	Sem rating	Saldos em 31/12/2025
Caixa e bancos		145	21.873	3	22.021
Aplicações-Fundos de investimento de renda fixa		-	5.912	-	5.912
Aplicações-Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	610.060	-	610.060
Prêmios a receber		-	-	543.022	543.022
Exposição máxima ao risco de Crédito		145	637.845	543.025	1.181.015
(b) Contratos de resseguros	Composição de carteira por classe e por categoria contábil	BB-	brAAA	Sem rating	Saldos em 31/12/2024
Caixa e bancos		2.937	27.250	1	30.188
Aplicações-Fundos de investimento de renda fixa		-	41.412	-	41.412
Aplicações-Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	559.346	-	559.346
Prêmios a receber		-	-	477.344	477.344
Exposição máxima ao risco de crédito		2.937	628.008	477.345	1.108.290

Tipo de ressegurador	Categoria de risco (*)	Exposição em 31/12/2025	%
Admitida	A	16.964	3,34%
Admitida	A+	21.356	4,21%
Admitida	A1	18.182	3,58%
Admitida	AA	56	0,01%
Admitida	AA-	592	0,12%
Eventual	A	2.842	0,56%
Eventual	A-	8.667	1,71%
Eventual	A+	12.093	2,38%
Eventual	AA	1.227	0,24%
Eventual	AA-	12.264	2,42%
Local	A	1.485	0,29%
Local	A+	286.975	56,57%
Local	AA-	21.659	4,27%
Local	brAA+	623	0,12%
Local	brAAA	102.298	20,17%
Local	Sem rating	70	0,01%
		507.353	100%

Tipo de ressegurador	Categoria de risco (*)	Exposição em 31/12/2024	%
Admitida	AA-	693	0,14%
Admitida	A+	564	0,11%
Eventual	A+	9.422	1,87%
Local	A+	301.840	59,91%
Local	AA-	22.251	4,42%
Eventual	AA-	6.307	1,25%
Admitida	A+	17.117	3,40%
Admitida	A+	2.971	0,59%
Admitida	AA-	3	0,00%
Admitida	A+	29.284	5,80%
Local	AA-	6.421	1,27%
Eventual	A+	2.907	0,58%
Local	brAA+	308	0,06%
Local	brAAA	74.179	14,72%
Admitida	A	4.975	0,99%
Eventual	A	1.794	0,36%
Eventual	A	9.545	1,89%
Eventual	AA-	5.824	1,16%
Eventual	A	1.355	0,27%
Local	A	3.577	0,71%
Local	Sem rating	3	0,00%
Eventual	A+	2.516	0,50%
		503.856	100%

(*) Ratings conforme Standard & Poors/FITCH.

5.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A política de liquidez da Seguradora possui diretrizes para o adequado planejamento e gerenciamento do risco de liquidez, de forma a garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

(i) **Gerenciamento de risco de liquidez**

O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração. Este departamento monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A sobre de caixa é investida em aplicações com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender as responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, 100% da carteira da Seguradora está aplicada em ativos de alta liquidez.

Apresentamos a seguir a composição dos ativos e passivos financeiros por vencimento:

(ii) Recebíveis e disponibilidades		31/12/2025					
	Sem Vencimento	De 1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Caixa e bancos	22.021	-	-	-	-	22.021	
Títulos e créditos a receber	-	-	16.502	-	27.384	43.886	
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	-	-	
Operações com Seguradoras	-	4.079	-	-	-	4.079	
Prêmios a receber e operações com resseguradoras (i)	97.059	134.815	261.093	102.028	10.535	605.530	
	119.080	138.894	277.595	102.028	37.919	675.516	
		31/12/2024					
	Sem Vencimento	De 1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Caixa e bancos	30.188	-	-	-	-	30.188	
Títulos e créditos a receber	-	-	16.230	-	23.490	39.720	
Outros créditos operacionais	-	83	-	-	-	83	
Operações com Seguradoras	-	2.454	-	-	-	2.454	
Prêmios a receber e operações com resseguradoras (i)	90.042	152.124	330.696	57.381	5.161	635.404	
	120.230	154.661	346.926	57.381	28.651	707.849	

Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2024	Aplicação	Resgates	Ajuste a valor de mercado	Rendimentos	Saldo em 31/12/2025
Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado						
Quotas de fundo de investimento de renda fixa	41.412	40.030	(78.890)		- 3.360	5.912
Ativos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes						
Titulos públicos	559.346	830.637	(865.661)	14.876	70.862	610.060
	<u>600.758</u>	<u>870.667</u>	<u>(944.551)</u>	<u>14.876</u>	<u>74.222</u>	<u>615.972</u>
	Saldo em 31/12/2023	Aplicação	Resgates	Ajuste a valor de mercado	Rendimentos	Saldo em 31/12/2024
Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado						
Quotas de fundo de investimento de renda fixa	52.413	175.052	(188.133)		- 2.080	41.412
Ativos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes						
Titulos públicos	617.296	468.826	(564.493)	(18.495)	56.212	559.346
	<u>669.709</u>	<u>643.878</u>	<u>(752.626)</u>	<u>(18.495)</u>	<u>58.292</u>	<u>600.758</u>

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	401.383	314.323
Não circulante	214.589	286.435
	615.972	600.758

Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2024	Aplicação	Resgates	Ajuste a valor de mercado	Rendimentos	Saldo em 31/12/2025
Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado						
Quotas de fundo de investimento de renda fixa	41.412	40.030	(78.890)	-	3.360	5.912
Ativos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes						
Títulos públicos	559.346	830.637	(865.661)	14.876	70.862	610.060
	<u>600.758</u>	<u>870.667</u>	<u>(944.551)</u>	<u>14.876</u>	<u>74.222</u>	<u>615.972</u>
	Saldo em 31/12/2023	Aplicação	Resgates	Ajuste a valor de mercado	Rendimentos	Saldo em 31/12/2024
Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado						
Quotas de fundo de investimento de renda fixa	52.413	175.052	(188.133)	-	2.080	41.412
Ativos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes						
Títulos públicos	617.296	468.826	(564.493)	(18.495)	56.212	559.346
	<u>669.709</u>	<u>643.878</u>	<u>(752.626)</u>	<u>(18.495)</u>	<u>58.292</u>	<u>600.758</u>
Hierarquia do valor justo						
A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. O valor de referência foi definido como se segue:						
• Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo.						
• Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1” mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.						
• Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.						

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>
Quotas de fundo de investimento de renda fixa	-	5.912	-	41.412
Títulos públicos	610.060	-	559.346	-
	610.060	5.912	559.346	41.412

(i) Prêmios a receber por ramos de seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Seguro Agrícola	142.576	101.914
Resp. C. T. Rodoviário de Passageiros em Viagem Municipal ou Intermunicipal	73.155	78.450
Resp. C. T. Rodoviário de Passageiros em Viagem Interstadual ou Internacional	54.961	55.118
Responsabilidade Civil Facultativa-Auto	15.853	47.813
Transporte Internacional	37.236	28.771
Marítimos (Casco)	28.424	25.875
Aeronáuticos (Casco)	20.710	17.678
Compreensivo Empresarial	21.569	15.839
Resp. Civil do Transportador Rodoviário Carga-RCTR-C	30.758	15.183
Resp. Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga-RC-DC	26.567	13.796
Automóvel-Casco	11.403	12.841
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	7.515	10.335
Riscos diversos	9.118	8.863
Transporte Nacional	17.034	6.739
Outros	46.143	38.129
	<u>543.022</u>	<u>477.344</u>

(ii) *Agina* de prêmios a receber

	31/12/2025						
	Sem venci- mento	De 1 a 60	De 61 a 120	De 121 a 180	De 181 a 365	Acima de 365	Total
Prêmio a Receber							
A vencer							
Prêmios a receber	-	159.571	90.444	48.941	99.167	9.949	408.072
Vencidos							
Prêmios a receber	-	29.960	4.208	3.547	6.436	6.629	50.780
(-) Redução ao valor recuperável	-	(624)	(676)	(835)	(4.434)	(6.320)	(12.889)
Sem vencimento							
Prêmios de RVNE	97.015	-	-	-	-	-	97.015
Juros a apropriar	44	-	-	-	-	-	44
(=) Prêmios a receber	97.059	188.907	93.976	51.653	101.169	10.258	543.022

(i) Movimentação dos ativos de resseguros

	PPNG	PPNG (RVNE)	PPNG (excesso de danos)	PSL
Saldo em 31/12/2024	290.598	49.513	10.439	168.050
Constituições	140.207	88.018	14.982	-
Diferimento/reversões	(146.395)	(102.479)	(16.282)	-
Variação Cambial	(1.154)	-	-	-
Aviso de Sinistros	-	-	-	381.967
Atualização monetária	-	-	-	7.238
Pagamentos de sinistros	-	-	-	(298.701)
Saldo em 31/12/2025	283.256	35.052	9.139	258.554

	PPNG	PPNG (RVNE)	PPNG (excesso de danos)	PSL
Saldo em 31/12/2023	313.704	15.896	4.265	322.000
Constituições	167.922	171.027	14.084	-
Diferimento / reversões	(192.599)	(137.410)	(7.910)	-
Variação Cambial	1.571	-	-	-
Aviso de Sinistros	-	-	-	433.561
Atualização monetária	-	-	-	2.331
Pagamentos de sinistros	-	-	-	(589.850)
Saldo em 31/12/2024	290.598	49.513	10.439	168.050

Ramo	PPNV RVNE	PPNV (ED)
Compreensivo Empresarial	23.569	
Riscos diversos	7.554	
Automóvel - Casco	8.664	
Responsabilidade Civil Facultativa-Auto	15.932	
Transporte Internacional	5.524	1.37
Resp. C. T. Rodoviário de Passageiros em Viagem Interestadual ou Internacional	2.661	
Resp. C. T. Rodoviário de Passageiros em Viagem Municipal ou Intermunicipal	3.686	
Resp. Civil do Transportador Rodoviário Carga-RCRTR-C	3.280	2.74
Seguro Rural	-	
Seguro Benéfitorias e Produtos Agropecuários	9.217	
Penhor Rural	2.715	
Marítimos (Casco)	7.334	
Aeronáuticos (casco)	22.928	
Seguro Agrícola	168.332	
Marítimo (casco)	2.534	
Riscos de Engenharia	9.179	
Outros	25.199	5.02
	318.308	9.13

Ramo	PPNG RVNE	(ED)
Compreensivo Empresarial	18.540	-
Riscos diversos	7.266	-
Automóvel - Casco	11.045	-
Responsabilidade Civil Facultativa - Auto	42.752	-
Transporte Internacional	3.982	1.566
Resp. C. T. Rodoviário de Passageiros em Viagem Interstadual ou Internacional	2.745	-
Resp. C. T. Rodoviário de Passageiros em Viagem Municipal ou Intermunicipal	3.995	-
Resp. Civil do Transportador Rodoviário Carga-RCTR-C	-	3.132
Seguro Rural	179.834	-
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	8.025	-
Penhor Rural	5.039	-
Marítimos (Casco)	6.577	-
Aeronáuticos (casco)	23.038	-
Outros	27.273	5.741
	<u>340.111</u>	<u>10.439</u>

(**) Provisão de despesas relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	536.803	539.519
Não circulante	90.777	2.609
	<u>627.580</u>	<u>542.128</u>

11. Títulos e créditos a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos e créditos a receber	16.085	15.753
Créditos Tributários e Previdenciários	12.075	11.552
Depósitos Judiciais	15.309	11.938
Adiantamentos diversos	417	477
	<u>43.886</u>	<u>39.720</u>

	31/12/2024						
Prêmio a Receber	Sem vencimento	De 1 a 60	De 61 a 120	De 121 a 180	De 181 a 365	Acima de 365	Total
A vencer							
Prêmios a receber		- 167.387	90.822	52.941	53.293	1.011	365.454
Vencidos							
Prêmios a receber		- 18.617	2.697	2.476	2.854	4.056	30.700
(-) Redução ao valor recuperável		- (380)	(811)	(1.658)	(2.079)	(3.924)	(8.852)
Sem vencimento							
Prêmios de RVNE	89.905	-	-	-	-	-	89.905
Juros a apropriar	137	-	-	-	-	-	137
(=) Prêmios a receber	90.042	185.624	92.708	53.759	54.068	1.143	477.344
Segue abaixo movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do exercício:							
					31/12/2025	31/12/2024	
Saldo inicial					(8.852)	(4.248)	
Constituição					(11.035)	(8.888)	
Reversão					6.998	4.284	
Saldo final					(12.889)	(8.852)	
(iii) Movimentação de prêmios a receber							
					31/12/2025	31/12/2024	
Saldo inicial					477.344	341.624	
(+) Prêmios emitidos					1.679.993	1.636.074	
(-) Prêmios cancelados					(364.133)	(207.796)	
(-) Redução ao valor recuperável					(4.037)	(4.604)	
(+) Adicional de fracionamento					383	83	
(-) IOF					520	1.203	
(-) Recebimentos					(1.247.048)	(1.289.240)	
Saldo final					543.022	477.344	
Os produtos da Essor Seguros são geralmente oferecidos com parcelamento médio de até 10 parcelas.							
					31/12/2025	31/12/2024	
Circulante					532.764	476.201	
Não circulante					10.258	1.143	
					543.022	477.344	

Os ativos de resseguro abaixo referem-se a parcela de sinistro a recuperar junto ao ressegurador.

	31/12/2024	31/12/2025
Seguro Agrícola	16.095	70.086
Automóvel – Cascos	5.708	4.788
R.C. Facultativa-Auto	23.610	28.923
R.C. Trans. Rodoviário de Passageiros em viagem Municipal ou Intermunicipal	1.660	4.584
R.C. Trans. Rodoviário de Passageiros em viagem Interstadual ou Internacional	1.497	3.064
Benfeitorias	2.197	6.931
R. C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	1.809	16.907
Compreensivo Empresarial	650	2.493
Transporte Nacional	92	2.536
Marítimo (casco)	2.982	1.612
Penhor Rural	1.586	2.144
Aeronáuticos (casco)	1.009	4.597
Outros	3.613	9.395
	62.508	158.060
De 1 a 180 dias	61.343	148.698
De 181 a 365 dias	888	5.666
De 366 a 730 dias	234	3.654
Superior a 730 dias	43	42

Os montantes demonstrados vencidos há mais de 180 dias que não possuem provisão para perda, referem-se a saldos entre partes relacionadas, para os quais a Seguradora entende que não haver risco de crédito bem como, a Seguradora recebeu de seus resseguradores valores a título de adiantamentos para liquidação destes sinistros, conforme demonstrado na rubrica de operações com resseguradoras em débitos de operações com seguros e resseguros.

31/12/2025 31/12/2024

Circulante	62.231	154.364
Não circulante	277	3.696
	62.508	158.060

10. Ativos de resseguro-circulante e não circulante

Os ativos de resseguro referem-se aos prêmios e comissões de resseguros diferidos constituídos com base no valor dos prêmios cedidos em resseguro, correspondente ao período restante de cobertura do risco, sinistros e despesas a recuperar com resseguradores pendentes de regulação e as provisões de IBNR e IBNEr de resseguros.

				Comissão diferida	Comissão diferida	31/12/ 2025
	PDR	IBNR	IBNeR	RCD (*)	RVNE RCD (*)	
	7.432	44.535	40.401	(58.790)	(10.050)	542.128
	5.415	25.868	23.057	29.431	21.500	348.478
	(2.498)	(22.429)	(15.663)	(28.457)	(18.750)	(352.953)
	-	-	-	123	-	(1.031)
	20.742	-	-	-	-	402.709
	(270)	-	-	-	-	6.968
	(20.018)	-	-	-	-	(318.719)
	10.803	47.974	47.795	(57.693)	(7.300)	627.580
	PDR	IBNR	IBNeR	RCD (*)	RVNE RCD (*)	31/12/2024
	3.978	36.628	27.342	(67.175)	(2.287)	654.357
	5.833	35.279	40.882	40.780	27.486	503.293
	(2.377)	(27.372)	(27.823)	(32.188)	(35.249)	(462.928)
	-	-	-	(207)	-	1.364
	25.573	-	-	-	-	459.137
	314	-	-	-	-	2.644
	(25.889)	-	-	-	-	(615.739)
	7.432	44.535	40.401	(58.790)	(10.050)	542.128

G	PSL	PDR (**)	IBNR	IBNER	RCD (*)	RCD RVNE	31/12/2025
-	28.277	1.249	966	(315)	(1.654)	(231)	51.861
-	3.709	176	2.424	464	(860)	(62)	13.405
-	3.705	520	2.616	983	(1.852)	(207)	14.429
-	29.733	1.390	9.675	7.168	(3.311)	(390)	60.197
1	158	1.187	1.696	99	(1.629)	(264)	8.142
-	22.796	755	319	4.101	(896)	(49)	29.687
-	15.749	778	466	2.835	(1.237)	(71)	22.206
2	1.787	1.018	1.928	1.793	(981)	(281)	11.286
-	11.930	11	9.547	1.476	-	-	22.964
-	13.051	391	602	3.203	(1.105)	(32)	25.327
-	5.852	163	268	1.436	(591)	(19)	9.824
-	8.482	211	203	1.748	(2.201)	(210)	15.567
-	5.161	59	442	2.397	(1.872)	(191)	28.924
-	79.148	737	10.909	9.794	(30.862)	(4.522)	233.536
-	16.440	-	47	7.636	(207)	(21)	26.429
-	2.415	5	34	130	(3.017)	(200)	8.546
6	10.161	2.153	5.832	2.847	(5.418)	(550)	45.250
9	258.554	10.803	47.974	47.795	(57.693)	(7.300)	627.580

PSL	PDR (**)	IBNR	IBNER	RCD (*)	RVNE	31/12/2024
18.335	1.402	1.065	(464)	(1.278)	(223)	37.377
2.231	144	2.170	536	(788)	(50)	11.509
3.424	281	2.269	877	(2.583)	(281)	15.032
26.684	1.081	9.723	5.823	(9.818)	(1.154)	75.091
125	1.050	1.080	48	(1.130)	-	6.721
21.187	587	249	4.147	(927)	(75)	27.913
16.239	697	372	3.180	(1.353)	(101)	23.029
624	439	2.250	753	-	-	7.198
54.982	400	18.352	15.265	(31.334)	(7.008)	230.491
8.069	289	570	2.438	(1.391)	(201)	17.799
3.516	(198)	291	1.262	(1.579)	(153)	8.178
1.750	122	188	470	(2.042)	(177)	6.888
6.443	34	1.262	2.639	(1.879)	(224)	31.313
4.441	1.104	4.694	3.427	(2.688)	(403)	43.589
168.050	7.432	44.535	40.401	(58.790)	(10.050)	542.128

				<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante				16.502	16.230
Não circulante				27.384	23.490
				<u>43.886</u>	<u>39.720</u>

	Saldo em			Saldo em
	<u>31/12/2024</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2025</u>
Títulos e créditos a receber	15.753	31.051	(30.719)	16.085
Créditos Tributários e Previdenciários	11.552	37.884	(37.361)	12.075
Depósitos Judiciais	11.938	3.386	(15)	15.309
Adiantamento Diversos	477	8.300	(8.360)	417
	<u>39.720</u>	<u>80.621</u>	<u>(76.455)</u>	<u>43.886</u>



	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Títulos e créditos a receber	3.696	23.147	(11.090)	15.753
Créditos Tributários e Previdenciários	2.383	15.471	(6.302)	11.552
Depósitos Judiciais	10.760	2.731	(1.553)	11.938
Adiantamento Diversos	925	6.000	(6.448)	477
	17.764	47.349	(25.393)	39.720

Expectativa de recuperação de créditos tributários
As estimativas de recuperação dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2025.

Com base nestas projeções, a Seguradora possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	31/12/2025
Ganho/Perda com ajuste a valor justo	844
Imposto de renda e contribuição social diferidos-Judicial	6.248
Imposto de renda e contribuição social diferidos-Diferenças Temporárias	4.983
Total	12.075

A Seguradora com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias.

12. Custos de aquisição diferidos
O prazo para o diferimento do custo de aquisição acompanha o prazo de vigência da apólice emitida que é geralmente de 12 meses, sendo demonstrado em sua composição comissão de seguros, comissão de seguros RVNE e custo de aquisição para os ramos rural e transporte.

	31/12/2025	31/12/2024
Compreensivo Empresarial	6.383	4.610
Riscos de Engenharia	4.073	2.835
Riscos diversos	6.891	6.145
Automóvel-Cascos	2.932	3.177
R.C. Facultativa-Auto	2.449	9.538
Transporte Internacional	7.338	5.378
R.C. Transportador Rodoviário de Passageiros em Viagem Interestadual ou Internacional	14.035	16.041
R.C. Trans. Rodoviário de Passageiros em Municipal ou Intermunicipal	23.057	23.808
Garantia Segurado-Setor Público	17.519	15.868
Garantia Segurado-Setor Privado	5.447	4.261
Seguro Agrícola	16.314	17.011
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	3.347	4.932
Penhor Rural	2.122	4.996
Marítimos (Casco)	7.929	7.383
Resp. Civil do Transportador Rodoviário Carga-RCTR-C	5.221	1.510
Resp. Civil do Transportador Desaparecimento Carga-RCF-DC	4.899	1.475
Outros	13.408	8.834
	143.364	137.802

Abaixo demonstramos a movimentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	137.802	114.134
Constituição	295.107	287.957
Diferimento/cancelamento	(289.545)	(264.289)
	143.364	137.802

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	126.525	128.029
Não circulante	16.839	9.773
	143.364	137.802

13. Outros valores e bens
O saldo de outros valores e bens em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 corresponde principalmente à operação de salvados.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	15.795	19.533
Constituição	70.975	41.166
Reversão/Venda	(72.703)	(44.904)
Saldo final	14.067	15.795

14. Arrendamento

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025:

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso	13.338	9.034
Depreciação acumulada	(6.297)	(6.072)
	7.041	2.962

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	-	-
Não circulante	7.041	2.962
	7.041	2.962

Passivo de arrendamento	31/12/2025	31/12/2024
Passivo sobre direito de uso	10.204	4.016
Juros sobre arrendamento a incorrer	(2.363)	(481)
	7.841	3.535

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	2.294	2.132
Não circulante	5.547	1.403
	7.841	3.535

15. Impostos, encargos sociais e trabalhistas a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
IOF	19.640	19.674
Encargos trabalhistas	5.117	5.139
Contribuições previdenciárias	731	595
Demais impostos	1.963	6.821
	27.451	32.229

16. Impostos e contribuições

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social	5.189	6.708
COFINS	1.858	3.911
PIS	302	636
Outros Impostos	7	6
	7.356	11.261

(i) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	67.890	67.890	101.101	101.101
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(16.973)	(10.184)	(25.275)	(15.165)
Outras diferenças permanentes e temporárias	(3.958)	(2.388)	(999)	(599)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(20.931)	(12.572)	(26.274)	(15.764)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.084	2.389	1.793	407
Crédito Fiscal Corrente a Compensar	1.061	447	707	424
Total do imposto	(15.786)	(9.736)	(23.774)	(14.933)
Alíquota efetiva	23%	14%	24%	15%

17. Débitos de operações com seguros e resseguros

(i) Operações com resseguradoras

Ramo	Prêmios de res-seguro	Exces-danos	Prêmios de res-seguro	Comis-sões de resse-cimento	Ressar-cimento	31/12/2025
Lucros Cessantes	17.066	-	3.008	(1.400)	-	18.674
Riscos diversos	15.114	-	748	(3.975)	2	11.889
R.C. Facultativa-Auto	44.093	3.915	3.645	(882)	3.429	54.200
Transporte Internacional	9.424	1.068	685	(2.564)	2.718	11.331
Seguro Agrícola	237.605	1.500	26.025	(53.124)	(20.025)	191.981
Marítimos (casco)	10.748	-	1.444	(3.533)	-	8.659
Aeronáuticos (casco)	18.759	-	2.320	(1.691)	-	19.388
Automóvel (casco)	13.889	-	539	(2.869)	2.387	13.946
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	7.822	-	(1.173)	(1.278)	9	5.380
Outros	33.006	2.135	2.804	(7.699)	257	30.503
	407.526	8.618	40.045	(79.015)	(11.223)	365.951

Ramo	Prê-mios de Exces-resse-guro	Prê-mios de res-seguro	Comis-sões de Resse-cimento	Ressar-cimento	31/12/2025
Lucros Cessantes	18.474	14	2.686	(1.254)	-
Riscos diversos	8.267	310	55	49	122
R.C. Facultativa-Auto	67.714	-	3.894	(13.531)	2.737
Transporte Internacional	11.196	2.751	-	(4.471)	148
Seguro Agrícola	280.148	(750)	31.310	(58.050)	(19.967)
Marítimos (casco)	9.717	1.465	1.376	(3.739)	3
Aeronáuticos (casco)	49.336	-	2.284	(1.225)	-
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	10.696	313	(323)	(1.649)	1
Outros	26.212	23.809	4.006	(27.833)	21.034
	481.760	27.912	45.288	(111.703)	4.078

(ii) Corretores de seguros e resseguros e comissões e juros sobre prêmios emitidos

Ramo	31/12/2025	31/12/2024
Seguro Agrícola	12.361	6.465
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	1.233	2.287
R.C. Facultativa - Auto e Casco	1.959	8.190
Transporte Nacional	4.362	1.067
Transporte Internacional	11.064	1.924
R.C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	8.386	6.487
R.C. Trans. Desaparecimento de Carga-RCF-DC	7.236	2.637
Garantia Segurado-Setor Público	3.818	2.264

Garantia Segurado-Setor Privado	1.404	1.568
Acidentes Pessoais	228	731
Lucros Cessantes	218	124
Acidentes Pessoais de Passageiros-APP	963	132
R.C. Facultativo para Aeronave-RCF	248	1.033
Marítimos e Aeronáutico (Casco)	7.563	1.770
RC - Transportador Rodoviário de Passageiros Municipal, Interestadual ou Internacional	27.346	186
Imobiliário-Empresarial	4.295	5.377
Outros	7.387	40.147
	100.071	82.389

18. Depósitos de terceiros
(i) Discriminação de depósito de terceiros

	31/12/2025	31/12/2024
Cobrança antecipada de prêmios (a)	2.696	13.270
Prêmios e emolumentos (a)	5.431	17.649
	8.127	30.919

(a) A variação apresentada decorre, predominantemente, do recebimento dos valores de subvenção governamental ocorridos em 2025, os quais impactaram diretamente o saldo registrado no exercício.

(ii) Aging depósitos de terceiros

	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	2.555	141	-	-	-	-	2.696
Prêmios e emolumentos	4.623	105	221	-	482	-	5.431
	7.178	246	221	-	482	-	8.127

(a) Movimentação das provisões técnicas

	PPNG	PPNG (RVNE)	PSL	IBNR	PDR	IBNeR	PET	PVR	31/12/2025
Saldo em 31 de dezembro de 2024	591.139	74.793	315.836	70.848	16.017	77.799	4.080	-	1.150.512
Constituições	141.226	98.539	-	29.737	6.195	33.302	3.207	15.681	327.887
Diferimentos	(139.700)	(110.801)	-	(26.982)	(1.652)	(13.594)	(1.977)	(1.962)	(296.668)
Variação Cambial	(3.244)	-	-	-	-	-	-	-	(3.244)
Aviso de sinistros	-	-	718.230	-	52.620	-	-	-	770.850
(+/-) Atualização monetária	-	-	12.503	-	436	-	-	-	12.939
(-) Pagamento de sinistros	-	-	(592.829)	-	(52.136)	-	-	-	(644.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	589.421	62.531	453.740	73.603	21.480	97.507	5.310	13.719	1.317.311

	PPNG	PPNG (RVNE)	PSL	IBNR	PDR	IBNeR	PET	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	546.836	21.946	441.997	50.535	8.502	51.279	3.899	1.124.994
Constituições	240.723	187.122	-	47.725	12.329	56.703	-	544.978
Diferimentos	(198.768)	(134.275)	-	(27.412)	(4.918)	(30.183)	-	(395.751)
Variação Cambial	2.348	-	-	-	-	-	-	2.348
Aviso de sinistros	-	-	657.059	-	47.844	-	-	704.903
(+/-) Atualização monetária	-	-	7.276	-	271	-	-	7.547
(-) Pagamento de sinistros	-	-	(790.496)	-	(48.011)	-	-	(838.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	591.139	74.793	315.836	70.848	16.017	77.799	4.080	1.150.512

(i) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstrava a variação da provisão no decorrer dos anos. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros Incorridos-Bruto de Resseguro

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	100.466	125.963	98.190	80.735	182.586	146.982	286.296	662.567	1.116.249	682.430	381.669	330.935
1 ano mais tarde	110.998	128.450	101.488	82.870	184.763	160.518	291.129	849.816	1.128.956	720.455	405.108	-
2 anos mais tarde	111.004	128.471	101.780	82.946	184.798	160.590	291.144	849.827	1.129.226	721.118	-	-
3 anos mais tarde	111.031	128.474	101.842	82.961	184.827	160.600	291.150	849.829	1.129.298	-	-	-
4 anos mais tarde	111.033	128.511	101.842	82.973	184.847	160.612	291.150	849.839	-	-	-	-
5 anos mais tarde	111.038	128.511	101.842	82.973	184.847	160.612	291.150	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	111.038	128.511	101.842	82.978	184.847	160.612	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	111.038	128.511	101.842	82.978	184.856	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	111.038	128.511	101.842	82.978	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	111.038	128.511	101.842	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	111.038	128.511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	111.038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	111.038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025) [a]	111.038	128.511	101.842	82.978	184.856	160.612	291.150	849.839	1.129.298	721.118	405.108	330.935

DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVOS

	DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - JUDICIAIS											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	5.209	8.952	9.676	18.371	13.147	10.617	4.146	13.666	19.252	23.033	5.574	1.500
1 ano mais tarde	5.468	11.354	10.611	19.635	14.345	11.298	5.381	13.998	23.032	25.658	8.207	-
2 anos mais tarde	5.728	11.520	10.768	20.276	14.738	12.117	5.560	14.184	24.357	27.618	-	-
3 anos mais tarde	5.793	11.598	10.883	20.991	15.120	12.271	5.608	14.436	24.815	-	-	-
4 anos mais tarde	5.823	11.649	10.980	21.264	15.280	12.313	5.671	14.453	-	-	-	-
5 anos mais tarde	5.855	11.653	10.990	21.392	15.307	12.904	5.707	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	5.945	11.664	11.329	21.400	15.410	13.038	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	5.945	11.676	11.329	21.494	15.435	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	5.945	11.678	11.329	21.494	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	5.945	11.678	11.329	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	5.945	11.678	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	5.945	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025) [a]	5.945	11.678	11.329	21.494	15.435	13.038	5.707	14.453	24.815	27.618	8.207	1.500



essorSeguradora do Grupo SCOR

CNPJ: 14.525.684/0001-50

Sinistros pagos-brutos de resseguro												
DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVOS												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	45.877	43.042	44.297	37.193	62.230	76.656	177.233	340.993	852.816	431.418	298.017	186.660
1 ano mais tarde	110.167	125.186	97.757	77.465	182.051	156.713	290.245	847.748	1.127.367	716.671	396.083	-
2 anos mais tarde	110.562	127.364	100.445	81.265	183.702	158.454	290.891	849.341	1.128.669	719.571	-	-
3 anos mais tarde	110.606	127.532	101.137	81.874	184.274	159.397	290.972	849.693	1.129.019	-	-	-
4 anos mais tarde	110.861	128.172	101.587	82.364	184.570	159.865	291.073	849.805	-	-	-	-
5 anos mais tarde	110.935	128.250	101.681	82.584	184.615	160.242	291.104	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	110.966	128.262	101.778	82.632	184.692	160.602	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	110.986	128.360	101.802	82.874	184.816	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	111.026	128.368	101.828	82.969	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	111.031	128.372	101.842	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	111.038	128.382	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	111.038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025)	111.038	128.382	101.842	82.969	184.816	160.602	291.104	849.805	1.129.019	719.571	396.083	186.660
[a]	111.038	128.382	101.842	82.969	184.816	160.602	291.104	849.805	1.129.019	719.571	396.083	186.660
DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - JUDICIAIS												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	3	34	3	335	90	148	71	7	42	256	120	337
1 ano mais tarde	343	181	906	2.711	728	921	790	1.051	1.162	1.268	1.645	-
2 anos mais tarde	667	507	2.474	4.745	1.569	2.005	1.182	1.639	2.446	3.560	-	-
3 anos mais tarde	1.926	2.241	3.463	6.878	2.442	3.090	1.480	2.249	3.515	-	-	-
4 anos mais tarde	2.705	3.393	4.049	7.941	3.671	4.678	1.886	3.097	-	-	-	-
5 anos mais tarde	3.529	3.938	4.844	9.209	5.731	5.385	2.003	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	3.763	5.097	6.613	10.588	6.956	5.860	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	3.795	6.095	7.988	12.215	7.587	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	4.047	9.209	8.487	13.281	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	4.387	9.480	8.635	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	4.415	9.807	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	4.415	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025) [a]	4.415	9.807	8.635	13.281	7.587	5.860	2.003	3.097	3.515	3.560	1.645	337
DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS-ADMINISTRATIVOS + JUDICIAIS												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	45.880	43.076	44.300	37.528	62.320	76.804	177.304	341.000	852.859	431.674	298.136	186.997
1 ano mais tarde	110.510	125.367	98.663	80.177	182.779	157.634	291.035	848.799	1.128.530	717.938	397.728	-
2 anos mais tarde	111.229	127.871	102.919	86.009	185.271	160.460	292.073	850.981	1.131.115	723.132	-	-
3 anos mais tarde	112.532	129.773	104.599	88.752	186.716	162.487	292.453	851.942	1.132.534	-	-	-
4 anos mais tarde	113.565	131.565	105.636	90.306	188.241	164.543	292.959	852.902	-	-	-	-
5 anos mais tarde	114.464	132.188	106.525	91.793	190.347	165.627	293.107	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	114.729	133.359	108.391	93.221	191.648	166.462	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	114.781	134.455	109.790	95.089	192.403	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	115.073	137.577	110.315	96.249	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	115.418	137.852	110.477	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	115.453	138.189	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	115.453	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025) [a]	115.453	138.189	110.477	96.249	192.403	166.462	293.107	852.902	1.132.534	723.132	397.728	186.997
Informamos que os valores constantes no quadro de desenvolvimento consideram, além de eventuais reavaliações de estimativa e recusas, a atualização monetária acumulada dos sinistros. Ressaltamos, ainda, que a Companhia complementa a PSL/PBaR, por meio de ajuste de IBNER, de forma que os valores constituídos representem a melhor estimativa dos valores de sinistro a serem pagos, conforme determina a Circular SUSEP 648/2021.												
Sinistros pagos-liquidos de resseguro												
DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVOS												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	48.650	49.559	52.673	52.129	76.029	100.043	200.874	389.719	992.380	536.862	421.020	360.063
1 ano mais tarde	116.686	136.599	113.122	100.775	205.782	196.102	330.359	972.047	1.227.968	872.774	614.897	-
2 anos mais tarde	117.414	139.324	116.679	108.095	209.046	200.140	332.959	976.816	1.234.784	881.330	-	-
3 anos mais tarde	117.507	139.549	117.720	109.313	210.190	202.350	333.343	978.192	1.236.291	-	-	-
4 anos mais tarde	117.533	140.337	118.198	110.295	210.781	203.468	333.737	978.941	-	-	-	-
5 anos mais tarde	117.653	140.492	118.386	110.734	210.872	204.373	333.907	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	117.716	140.517	118.580	110.830	211.026	205.291	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	117.756	140.712	118.628	111.313	211.274	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	117.835	140.730	118.681	111.503	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	117.846	140.737	118.709	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	117.859	140.757	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	117.859	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025) [a]	117.859	140.757	118.709	111.503	211.274	205.291	333.907	978.941	1.236.291	881.330	614.897	360.063
DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS-ADMINISTRATIVOS + JUDICIAIS												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	7	69	6	670	180	296	271	48	231	867	339	1.656
1 ano mais tarde	686	331	1.183	5.422	1.457	2.030	1.580	2.194	3.194	4.882	4.433	-
2 anos mais tarde	1.334	991	3.361	8.135	2.859	4.589	3.124	5.000	6.605	10.217	-	-
3 anos mais tarde	4.318	3.091	5.138	12.402	4.604	7.173	4.120	7.421	9.741	-	-	-
4 anos mais tarde	5.127	4.627	6.311	14.529	6.604	10.028	6.016	9.733	-	-	-	-
5 anos mais tarde	6.342	5.676	7.880	17.006	10.412	11.732	6.595	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	6.808	7.627	10.602	19.764	12.765	12.895	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	6.873	9.037	12.927	23.018	14.027	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	7.377	14.103	13.924	25.148	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	8.056	14.645	14.221	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 anos mais tarde	8.113	15.244	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 anos mais tarde	8.113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 anos mais tarde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2025) [a]	8.113	15.244	14.221	25.148	14.027	12.895	6.595	9.733	9.741	10.217	4.433	1.656
DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS-ADMINISTRATIVOS + JUDICIAIS												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
No mesmo ano	48.656	49.628	52.679	52.799	76.209	100.338	201.145	389.767	992.611	537.729	421.359	361.718
1 ano mais tarde	117.372	136.930	114.305	106.197	207.238	198.132	331.940	974.241	1.231.162	877.656	619.331	-
2 anos mais tarde	118.749	140.316	120.039	116.231	211.905	204.729	336.083	981.816	1.241.389	891.547	-	-
3 anos mais tarde	121.826	142.641	122.858	121.715	214.794	209.523	337.463	985.613	1.246.032	-	-	-
4 anos mais tarde	122.659	144.964	124.509	124.823	217.385	213.496	339.753	988.674	-	-	-	-
5 anos mais tarde	123.994	146.168	126.266	127.740	221.285	216.106	340.503	-	-	-	-	-
6 anos mais tarde	124.524	148.144	129.182	130.594	223.791	218.186	-	-	-	-	-	-
7 anos mais tarde	124.629	149.749	131.555	134.331	225.301	-	-	-	-	-	-	-
8 anos mais tarde	125.212	154.832	132.605	136.651	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos mais tarde	12											

**TRANSPARÊNCIA,
GOVERNANÇA
E COMPROMISSO
COM RESULTADOS.**

essor 
Seguradora do Grupo SCOR



essor.com.br
in /company/essor-seguros
@ /essorseguros
f /essorseguros